

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUEST/ES

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO**

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2011

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

SUMÁRIO

Lista De Abreviações	08
Introdução	09
1. Informações Sobre A Identificação Da Unidade Jurisdicionada	10
1.1 Relatório De Gestão Individual	10
1.2 Qualificação Da Superintendência Estadual	10
2. Informações Sobre Planejamento E Gestão Orçamentária E Financeira Da Unidade	11
2.1 Responsabilidades Institucionais Da Unidade	11
2.2 Estratégia De Atuação Frente Às Responsabilidades Institucionais	12
2.3 Subações Sob A Responsabilidade Da Uj	16
2.3.1 Identificação Das Subações Sob Responsabilidade Da Uj	16
2.3.2 Resumo Da Execução Física Das Subações Realizadas Pela Uj	31
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	38
2.4.1 Programação Orçamentária Da Despesa	38
2.4.2 Programação De Despesas De Capital	38
2.4.2.1 Quadro Resumo Da Programação De Despesas	39
2.4.2.2 Movimentação Orçamentária Por Grupo De Despesa	40
2.4.3 Execução Orçamentária Da Despesa	43
2.4.3.1 Execução Orçamentária De Créditos Originários Da Uj	43
2.4.3.1.1 Despesa Corrente Por Grupo E Elemento De Despesa	43
2.4.3.1.2 Despesa De Capital Por Grupo E Elemento De Despesa	44
2.4.3.2 Execução Orçamentária De Créditos Recebidos Da Uj Por Movimentação	44
2.4.3.3 Execução Por Modalidade De Contratação Dos Créditos Recebidos Por Movimentação	45



2.4.4	Despesas Correntes Por Grupo E Elemento De Despesa Dos Créditos Recebidos Por Movimentação	47
2.4.5	Despesas De Capital Por Grupo E Elemento De Despesa Dos Créditos Dos Créditos Por Movimentação	48
2.4.6	Indicadores Institucionais	50
3.	Informação Sobre Reconhecimento De Passivos Por Insuficiência De Créditos Por Recursos	53
3.1	Reconhecimento De Passivos Por Insuficiência De Créditos Ou Recursos	53
4.	Informação Sobre Restos À Pagar	54
4.1	Pagamentos E Cancelamentos De Restos À Pagar De Exercícios Anteriores	54
5.	Informações Sobre Recursos Humanos Da Unidade	55
5.1	Composição Do Quadro De Servidores Ativos	55
5.1.1	Demonstração Da Força De Trabalho À Disposição Da Unidade Jurisdicionada	55
5.1.2	Quantificação Dos Cargos Em Comissão E Das Funções Gratificadas Da Unidade Jurisdicionada	56
5.1.3	Qualificação Do Quadro De Pessoal Da Unidade Jurisdicionada Segundo A Idade	56
5.1.4	Qualificação Do Quadro De Pessoal Da Unidade Jurisdicionada Segundo A Escolaridade	57
5.2	Composição Do Quadro De Servidores Inativos E Pensionistas	57
5.2.1	Classificação Do Quadro De Servidores Inativos Da Unidade Jurisdicionada Segundo O Regime De Proventos E De Aposentadoria	57
5.2.2	Demonstração Das Origens Das Pensões Pagas Pela Unidade Jurisdicionada	58
5.3	Composição Do Quadro De Estagiários	58
5.4	Demonstração Dos Custos De Pessoal Da Unidade Jurisdicionada	59
5.5	Terceirização De Mão De Obra Empregada Pela Unidade Jurisdicionada	60
5.5.1	Autorizações Expedidas Pelo Ministério Do Planejamento, Orçamento E Gestão Para Realização De Concursos Públicos	60

Para Substituição De Terceirizados

5.5.2	Informações Sobre A Contratação De Serviços De Limpeza, Higiene E Vigilância Ostensiva Pela Unidade	61
5.5.3	Informações Sobre Locação De Mão De Obra Para Atividades Não Abrangidas Pelo Plano De Cargos Do Órgão	61
5.6	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	62
6.	Informação Sobre Transferências	62
6.1	Instrumentos De Transferências Vigentes No Exercício	62
6.2	Informações Sobre A Prestação De Contas Relativas Aos Convênios, Termos De Cooperação E Contratos De Repasse	63
6.2.1	Informações Sobre A Análise Das Prestações De Contas De Convênios E De Contratos De Repasse	64
7.	Declarações Referentes À Contratos e Convênios	66
7.1	Modelo Da Declaração De Atualização De Dados No Siasg E Siconv	66
8.	Informação Sobre Declaração De Bens E Renda	67
8.1	Situação Do Cumprimento Das Obrigações Impostas Pela Lei 8739/93	68
9.	Informações Sobre O Funcionamento Dos Sistemas De Controle Da Uj	68
9.1	Estrutura De Controles Internos Da Uj	68
10.	Informações Quanto À Adoção	70
10.1	Gestão Ambiental E Licitações Sustentáveis	70
11.	Informações Sobre Gestão De Patrimônio Imobiliário	71
11.1	Gestão De Bens Imóveis De Uso Especial	71
12.	Informações Sobre Gestão De Tecnologia Da Informação	73
12.1	Gestão De Tecnologia Da Informação (TI)	73
13.	Informações Sobre Utilização De Cartões De Pagamento	74
13.1	Despesas Com Cartão De Crédito Corporativo	74
13.1.1	Relação De Portadores De Cartão De Crédito Corporativo Na Unidade	75
13.2	Utilização Dos Cartões De Crédito Corporativos Na Unidade	75

14.	Informações Sobre Renúncia Tributária	75
14.1	Renúncias Tributárias Sob Gestão Da Uj	75
14.2	Valores Renunciados E Respectiva Contrapartida	76
14.3	Contribuintes Beneficiados Pela Renúncia – Pessoa Jurídica E Física	76
14.4	Beneficiários Da Contrapartida Da Renúncia Tributária - Pessoas Física E Jurídica	77
14.5	Programas Orçamentários Financiados Com Contrapartida De Renúncia De Receita Tributária	79
14.6	Prestações De Contas De Renúncia De Receitas	79
14.7	Comunicações À Rfb	79
14.8	Indicadores De Gestão Da Renúncia De Receitas	79
14.9	Declaração	80
14.10	Fiscalizações Realizadas Pela Rfb	80
15.	Informações Sobre As Providências Adotadas Para Atender As Deliberações Exaradas Em Acórdãos Do Tcu	82
15.1	Deliberações Do Tcu Atendidas No Exercício	81
15.2	Deliberações Do Tcu Pendentes De Atendimento Ao Final Do Exercício	86
15.3	Recomendações Do Oci Atendidas No Exercício	87
15.4	Recomendações Do Oci Pendentes De Atendimento Ao Final Do Exercício	124
16.	Informações Sobre O Tratamento Das Recomendações Realizadas Pelas Unidades De Controle Interno	125
16.1	Recomendações Da Unidade De Controle Interno Ou De Auditoria Interna Atendidas No Exercício	125
16.2	Recomendações Da Unidade De Controle Interno Ou De Auditoria Interna Pendentes De Atendimento	126
17.	Informações Contábeis Da Gestão	127
17.1	Declaração Do Contador Atestando A Conformidade Das Demonstrações Contábeis	127
18.	Análise Crítica Das Demonstrações Contábeis Da Administração Pública	127

	Direta	
19.	Análise Das Demonstrações Contábeis Das Empresas Estatais	128
20.	Composição Acionária De Capital	128
21.	Informações Sobre Fundo Partidário	128
22.	Informações Sobre Fundos Constitucionais	128
23.	Indicadores De Desempenho Do Ifes	128
24.	Análise De Situação Econômico-Financeira	128
25.	Remuneração Paga Aos Administradores	128
26.	Contratação De Consultores Na Modalidade “Produto”	128
27.	Supervisão De Contratos De Gestão Celebrados Com Organizações Sociais	129
28.	Informações Sobre Imóveis Alienados Em 2010 Em Consonância Com O Plano Nacional De Desomibilização	129
29.	Informações Sobre Contrato De Gestão Celebrados	129
30.	Avaliação De Termos De Parceria Celebrados Pela Uj	129
	Conclusão	129

LISTA DE ABREVIACÕES

ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ASSEMAE	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
CGCOT	Coordenação Geral de Cooperação Técnica em Saneamento
COESA	Coordenação de Educação em Saúde
DENSP	Departamento de Engenharia de Saúde Pública
DOU	Diário Oficial da União
DSEI	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
EMSI	Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NICT	Núcleos Intersectoriais de Cooperação Técnica
OPAS	Organização Pan-americana da Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PPA	Plano Plurianual
SAAE	Sistema Autônomo de Água e Esgoto
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SICONV	Sistema de Convênios e contratos de repasse do Governo Federal
SIGESAN	Sistema Gerencial de Projetos de Saneamento
SIGOB	Sistema Integrado de Gerenciamento de Obras
SISCON	Sistema de Convênios
SUEST	Superintendências Estaduais
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UJ	Unidade Jurisdicionada
UMCQA	Unidade Laboratorial Móvel de Controle da Qualidade de Água para o Consumo Humano

INTRODUÇÃO

A Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Espírito Santo apresenta, por meio deste relatório, as ações implementadas, as estratégias de atuação e os resultados alcançados no exercício de 2011, considerando os programas que compõem o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC/2007– 2011).

Todos os itens exigidos pela legislação foram detalhados no relatório exceto, aqueles que não se aplicam à natureza jurídica da Funasa, bem como, os aqueles em que não houve ocorrências durante o exercício do presente relatório

Dentre os avanços alcançados durante o exercício de 2011 destacamos as ações de saneamento básico desenvolvidas pela Funasa no Espírito Santo. São obras com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Na primeira edição do PAC/Funasa, o Estado recebeu R\$ 30 milhões para realização de obras de saneamento básico, em 23 municípios. Agora, com o PAC 2 foram disponibilizados R\$ 78 milhões para as ações de saneamento. Portanto, a Funasa aumentou em 160%, o valor total de investimentos no Espírito Santo, comparando aos valores investidos na primeira edição do programa.

A seleção dos empreendimentos de obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário também foi condicionada à existência de projetos por parte dos municípios. Outra etapa dos trabalhos da equipe técnica da instituição, ainda concluída no final de 2011, abrangeu a realização de entrevistas e visitas técnicas nas quais foram apresentados os projetos pré-selecionados.

Vale ressaltar, que mesmo com sua força de trabalho reduzida e com 26,5 % dos servidores efetivo com idade para requerer aposentadoria, a Fundação desempenha o seu papel institucional, prevenindo doenças por meio de ações de saneamento básico, junto aos municípios até 50 mil habitantes.

Outra ação importante que destacamos, diz respeito ao trabalho de fortalecimento e melhoria da gestão e sustentabilidade, direcionado aos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em 25 municípios onde a gestão das ações de saneamento básico é de responsabilidade dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE). Como estratégia de enfrentamento da questão, a Superintendência Estadual fomentou e apoiou a implantação do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo (CISABES).

Após inúmeras reuniões com os respectivos municípios CISABES já foi aprovado na Câmara de Vereadores de 21 municípios, num total de 25 cidades e a 1ª Assembleia de Geral de Instalação foi realizada no dia 29 de novembro de 2011, em São Mateus. Além do projeto de engenharia, a Funasa já disponibilizou também, R\$ 2,1 milhões para a construção do Centro de Referência em Saneamento Ambiental, que tem previsão de ser licitada até o final do ano de 2012.

Para exercício de 2012, está previsto o aperfeiçoamento e continuidade das ações contemplando nas metas e objetivos contidos no Plano Operacional 2012, que está em fase final de elaboração.



1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo / Ministério da Saúde			
Órgão de Vinculação: Funasa			Código SIORG: 2207
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Nacional de Saúde			
Denominação abreviada: Funasa			
Código SIORG: 2207		Código LOA: 36211	Código SIAFI: 255008
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: PROMOÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE; FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	((27) 3335.8255	(27) 3335.8149	
E-mail: corees.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua Moacyr Strauch, 85 – Praia do Canto – Vitória – ES – CEP: 29.055-630			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 91, e em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003 e a Portaria nº. 1.776, de 8 setembro de 2003, que aprovou o regimento interno da Funasa.			
Em 2010, esta estrutura organizacional foi alterada com a publicação do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro, publicado do DOU em 20 de outubro de 2010, que aprovou o estatuto e quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Funasa.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
25500	Fundação Nacional de Saúde		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
255008	Superintendência Estadual do Espírito Santo		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
255008		255008	

1.2. Qualificação da Superintendência Estadual

Nome do Superintendente Estadual	Nilton José de Andrade
População do Estado	3.351.669
Nº. de Municípios abrangidos pela SUEST	78

2. INFORMAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades institucionais da Unidade

A Fundação Nacional de Saúde – Funasa, órgão executor público vinculado ao Ministério da Saúde – MS, foi criada por meio da Lei nº. 8.029 de 12/04/1990 e regulamentada pelo Decreto nº. 100, de 16/04/1991, basicamente a partir da fusão dos órgãos: Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – Sucam e Fundação Serviços de Saúde Pública – Fsesp. Foi transferido ainda para a Funasa, a Secretaria Nacional de Projetos Especiais de Saúde - Snpes e setores da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde – Snab. A Funasa atua com duas áreas finalísticas: Saneamento Básico e Saúde Ambiental.

Com relação à área de Saneamento, a Funasa traz experiências advindas da Fsesp. Em 2006, através dos Projetos Especiais em parceria com o Incra e Ibama, passou a atuar em área de interesse social, localidades com população inferior a 2.500 habitantes, incluindo as comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e indígenas e ainda, nos municípios de até 30 mil habitantes.

Após a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, as prioridades foram ampliadas e estendidas aos municípios com até 50 mil habitantes, priorizando grupos sociais minoritários e estratégicos como comunidades quilombolas e indígenas de todo o País. As ações do PAC serão implementadas de 2007 a 2010 e a intenção é promover a inclusão social por meio de ações de saneamento.

Os serviços de saneamento são básicos para a saúde pública, devem ser abrangentes e geridos com a participação da sociedade, por meio de diversos mecanismos de controle social existentes, conforme Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007, a fim de garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas. Deve ainda, ser acessível a toda população, independente do grau socioeconômico e de sua localização, urbana ou rural.

O Ministério da Saúde, por intermédio da Funasa, direciona apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento de ações de saneamento básico e Engenharia de Saúde Pública voltados para prevenção e controle de doenças.

O setor saúde tem buscado a integração entre as políticas públicas de saúde e de saneamento. A partir da definição de prioridades com base nos indicadores de saúde, a Funasa prioriza o atendimento aos municípios com maior índice de mortalidade infantil, menores índices de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede a qualidade de vida e baixa cobertura na área de saneamento.

Nesse sentido, a Funasa faz assessoramento técnico e financeiro, análise e acompanhamento de projetos nas seguintes áreas: sistemas de abastecimento de água; sistemas de tratamento e destinação de resíduos sólidos; sistemas de esgotamento sanitário; melhorias sanitárias domiciliares, drenagem em áreas endêmicas de malária; melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas e fomenta a educação em saúde.

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de

saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde.

Coube a Funasa, assegurar até 31 de dezembro de 2011, todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo na execução das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

A Funasa atua com Unidades descentralizadas, Superintendências Estaduais (Suests), em cada estado, que tem como competências regimentais: coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Funasa nas suas respectivas áreas de jurisdição. A Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo – Suest/ES atua em todos os municípios do Estado do Espírito Santo. Procura contemplar a população das áreas prioritárias com ações de saneamento, tendo como base os indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Divisão de Engenharia de Saúde Pública – Diesp:

No ano de 2011, a atuação do Diesp priorizou as ações voltadas para área de comunidades quilombos, assentamentos rurais, análise de projetos, acompanhamento de obras e prestação de contas de convênios e também, a cooperação técnica com os Serviços Autônomos de Água e Esgoto – SAAE (24), nas áreas de assessoria técnica de engenharia e administrativa.

Especificamente para as áreas SAAE's, foram desenvolvidos projetos técnicos de engenharia de saúde pública (água/esgoto/msd) pelos profissionais, engenheiros, topógrafos e projetistas lotados na Divisão. A logística, no que se referem os recursos para diárias, equipamentos (computadores, GPS, etc.) e veículos para deslocamento dos técnicos no desenvolvimento de suas atividades são destaques positivos, mas ainda há insuficiência de pessoal, tanto na área técnica, ocasionando uma sobrecarga de atividades para os mesmos, quanto na área de apoio ao desenvolvimento das atividades de engenharia.

Com relação às dificuldades, salientamos a demora no tempo de tramitação dos processos licitatórios pelo fato da Procuradoria estar localizada em São Paulo; Ausência de manuais de normas e procedimentos que respaldem os técnicos no desenvolvimento de suas atividades profissionais, principalmente no que tange à análise, acompanhamento e prestação de contas de convênio; Por fim, citamos as instalações prediais impróprias para o desenvolvimento das atividades laborais.

Outro ponto que devemos destacar é a insuficiência de pessoal, tanto na área técnica quanto na área de apoio ao desenvolvimento das atividades de engenharia na Funasa, que se agrava a cada ano. A falta de recursos humanos em número adequado tem levado a uma sobrecarga de atividades para os técnicos e as providências adotadas (concurso público), no sentido de recompor a força de trabalho, foram frustradas. Os salários não são atrativos e não existe um plano de cargos e salários instituído na Funasa.

Hoje, cada profissional é responsável por, aproximadamente, 13 municípios. Isso representa, em média, 30 convênios/profissional que são acompanhados, incluindo análise para celebração, acompanhamento e prestações de contas parciais e finais de convênios.

A Divisão de Engenharia de Saúde Pública realizou várias das ações e metas pactuadas no plano operacional. A dificuldade encontrada, no que se refere à celebração de convênios, se dá em função, na maioria dos casos, da estrutura técnica precária dos proponentes (Prefeituras), que apresentam projetos incompletos gerando um grande número de pendências.

Criação do primeiro Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico:

Uma das ações mais relevantes, no que diz respeito à melhoria da gestão dos serviços de saneamento ofertados à população, foi a sensibilização e articulação junto às prefeituras sobre a necessidade de implantação de um consórcio intermunicipal de saneamento básico no Estado. A Funasa promoveu diversas reuniões com prefeitos dos 25 municípios, que detêm a gestão das ações de saneamento, por meio de um Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Também foram feitas várias reuniões individuais, com a presença do superintendente estadual e técnicos, no intuito de explicar as vantagens que a gestão associada pode proporcionar como: compras compartilhadas de insumos e equipamentos, montagem de equipe especializada em elaboração de projetos de engenharia para os municípios, entre outros.

A criação de um Consórcio Público destinado a assessorar as prefeituras nas ações do setor de saneamento foi apontada como a principal forma de melhorar os índices de cobertura de saneamento nas regiões capixabas. Atualmente, aproximadamente 1/3 do Espírito Santo é atendido exclusivamente, por serviços municipais de saneamento, os SAAE's.

O Consórcio Público é uma das maiores inovações proporcionadas pelas Leis 11445/07 e 11.107/05. A partir de uma gestão de bacias por meio de consórcios, podemos enxergar alternativas em grupo e solucionar problemas comuns, como a falta de capacidade técnica, por grande parte dos municípios para elaboração de projetos de engenharia.

Por meio do Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp), foi elaborado o projeto arquitetônico para construção do Centro de Referência em Saneamento Ambiental. Além do projeto de engenharia, a Funasa já disponibilizou também, R\$ 2,1 milhões para a execução da referida obra, que tem previsão de ser licitada até o final do ano de 2012.

A estrutura a ser construída será a futura sede do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo (CISABES), formado pelos 25 municípios onde a gestão das ações de saneamento básico é de responsabilidade dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE), beneficiando mais de 861 mil capixabas.

O Centro de Referência contará com o que há de mais moderno em equipamentos para controle da qualidade da água para consumo humano, análise de efluentes provenientes do tratamento de esgoto e microbiologia. Além disso, os municípios vão dispor de um centro de treinamento para técnicos e servidores, possibilitando a capacitação profissional na área de saneamento e, conseqüentemente, melhorando ainda mais os serviços prestados à população.

No dia 29 de novembro de 2011, foi realizada a 1ª Assembleia do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico (CISABES), no auditório do Saae de São Mateus. Na reunião foi aprovado o Estatuto do Consórcio; eleição do presidente e diretoria do CISABES; definição dos contratos de rateio; aprovação do orçamento para o exercício 2012 e assuntos administrativos.

Destacamos ainda, que o CISABES já foi aprovado na Câmara de Vereadores de 21 municípios, num total de 25 cidades, sendo esta ação apoiada por esta Superintendência Estadual da Funasa.

Cooperação Técnica:

No campo da cooperação técnica e administrativa, prestou assessoria aos 24 (vinte e quatro) Saae's conveniados, atendendo a todas as demandas e realizando mais de 40 visitas para acompanhamento de ações de saneamento básico e apoio a gestão.

Serviço de Saúde Ambiental - Sesam:

Outro desafio da Suest-ES foi a estruturação da Serviço de Saúde Ambiental (Sesam) que promove as ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano provenientes de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

A equipe do Sesam também atendeu comunidades indígenas e quilombolas e comprou equipamentos novo, que foram de fundamentais para ampliação da rede de atendimento e suporte dado pelo SESAM. Durante o ano de 2011 foram estabelecidas importantes parcerias com a Secretaria estadual de Saúde para o monitoramento ambiental da Cólera, além de projetos de preservação ambiental e mobilização social como o Projeto Sossego, no município de Itarana e com o Consórcio do Rio Guandu e Projeto Robalo.

Por intermédio da URCQA, auxiliou no monitoramento para o controle da qualidade da água em 81 sistemas abastecimento públicos de água. Além disso, os técnicos da Suest-ES realizaram o monitoramento da qualidade da água em 69 sistemas públicos de abastecimento de comunidades quilombolas, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra e 12 sistemas nas aldeias indígenas.

Divisão de Administração – Diadm:

A atual Divisão de Administração - Diadm, anteriormente denominada Serviço de Administração – Seadm, tem sob sua responsabilidade as Seções de Recursos Logísticos, Execução Orçamentária e Financeira e a Gestão de Contratos; os Setores de Comunicação, Transporte, Materiais, Patrimônio e Orçamentário.

Em 2011, a Diadm trabalhou com o objetivo principal de manter a funcionalidade dos serviços, para possibilitar o desenvolvimento de todas as áreas que compõem esta Suest-ES.

Conforme consta no Relatório de Gestão de 2009, a parceria com o Núcleo do Ministério da Saúde, com vistas à manutenção predial do prédio onde funciona a Fundação e aquele Núcleo, não ocorreu conforme o combinado em 2009. Assim, a Superintendência promoveu processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada em manutenção predial, abrangendo todos os serviços de eletricidade, hidráulica e refrigeração para conserto e manutenção dos aparelhos de ar condicionado, o qual foi exitoso, culminando com a contratação da empresa Himalaia Refrigeração e Conservação Ltda., cujo contrato foi firmado em 07/10/2010. Aludidos serviços são prestados no próprio prédio da FUNASA/Suest-ES.

Considerando a necessidade de recomposição da frota da Funasa/Suest-ES, para atender às novas demandas desta Superintendência, necessitamos adquirir pelo menos mais 06 veículos. Essa é uma demanda urgente e prioritária para 2012.

Desde que assumimos a área de Administração desta Funasa, juntamente com os nossos parceiros da Logística, Financeiro e Gestão de Contratos, temos como grau de dificuldade mais elevado para o bom desempenho das nossas funções, o estado em que se encontram as instalações do prédio onde funcionam a Suest-ES e o Núcleo do Ministério da Saúde.

Com mais de 30 anos de construções e pela sua proximidade com o mar, onde a corrosão pela maresia é mais intensa, o prédio sede não recebeu nenhuma manutenção preventiva das suas instalações. Hoje as condições de conservação da edificação estão totalmente comprometidas e com urgência de investimento. É preciso contratar uma empresa de estudos e projetos, avaliar as reais condições do prédio e o que é possível e necessário fazer. Após isso, licitar a obra de reforma o que exige tempo. Se não iniciarmos imediatamente o processo, os resultados ficarão, ainda, para 2013.

Ainda relacionado à reforma da sede da Superintendência, informamos que grande parte das recomendações técnicas (sede) do Planejamento Anual de 2010, não foram cumpridas, devido às condições físicas do prédio. As ações dependem da reforma geral e os recursos ainda não foram descentralizados pela Unidade Central (Funasa – Presidência).

Dados referentes à Seção de Recursos Logísticos:

Temos 08 (oito) pontos básicos para garantir o bom funcionamento desta Superintendência, conforme resumimos abaixo:

- g.1 – Reforma do prédio da Funasa;
- g.2- Utilização do Cartão Corporativo para pequenas despesas;
- g.3 - Entraves nos processos licitatórios;
- g.4 - Carência de pessoal efetivo;
- g.5 - Espaço físico/reforma do prédio/atendimento das necessidades de espaço da Suest-ES e do Núcleo do Ministério da Saúde, que funcionam no mesmo local.

Principais dificuldades da Diadm:

Por fim, as dificuldades enfrentadas continuam as mesmas de 2010, com o agravamento da falta de pessoal, face ao término do contrato de terceirizados em dez/2012, sem a reposição por servidores efetivos, já solicitada e até o momento, não atendida.

Com a aposentadoria de alguns servidores que ocorrerá num curto espaço de tempo, em alguns casos nesse ano corrente, a deficiência de pessoal tende a se agravar e necessita de tratamento especial e urgente.

Serviço de Convênios – Secon:

Com a publicação da Portaria da Funasa nº 1.104/2010, que dispõe sobre a descentralização dos atos subsequentes à celebração dos convênios e termos de compromisso, para as Superintendências Estaduais foram criados os Serviços de Convênios nas mesmas. Delegou competência ao superintendente da Suest-ES, para fazer integração de novos planos de trabalho após a provação da área técnica, prorrogação de vigências e indicações orçamentárias, procedimentos para fins de pagamento de parcelas, habilitação e prestação de contas.

Tal ato propiciou que a Suest/ES conseguisse um aumento significativo no volume de pagamentos aos convênios/TC PAC's firmados com os municípios, até mesmo porque, quando esse procedimento estava a cargo da Unidade Central, lidavam com os convênios de todos os estados. Isso pode ser considerado como um resultado positivo, porém é necessário estruturar o Serviço de Convênios, no sentido de torná-lo suficiente para cumprir os encargos oriundos da descentralização efetivada pela Portaria antes aludida, evitando, assim, possíveis falhas e sobrecarga de trabalho dos servidores envolvidos.

Também merece ênfase o fato de inexistir Unidade de execução da PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA da Funasa neste Estado do ESPÍRITO SANTO, o que inviabiliza conferir a celeridade necessária aos procedimentos de tramitação obrigatória naquele setor, já que os mesmos precisam ser remetidos a SÃO PAULO.

2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Identificação das subações sob responsabilidade da UJ

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0122	Denominação: Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
Gerente: Leodegar da Cunha Tiscoski - Ministério das Cidades	Responsável: Ruy Gomide Barreira – Funasa/MS
Público Alvo: População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição: Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Vilma Ramos Feitosa
Unidade Executora: Departamento de Saúde Ambiental (DESAM)

Fonte: Sigplan

Identificação da Subação					
Denominação: Apoio ao controle de Qualidade da Água para Consumo Humano					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programa-do	Realiza-do	Realizado/Programado %
Apoiar 145 sistemas públicos de abastecimento	Sistemas Atendidos	Unidade	145	36	21,38%



de água com a implementação de ações voltadas para o controle da qualidade da água para consumo humano					
Apoiar 12 sistemas de abastecimento de água em áreas indígenas, com a implementação de ações voltadas para o controle de qualidade da água voltada para o consumo humano.	Sistemas Atendidos	Unidade	12	12	100%
Apoiar 69 sistemas de abastecimento de água em famílias remanescentes de quilombos, com a implementação de ações voltadas para o controle de qualidade da água voltada para o consumo humano.	Sistemas Atendidos	Unidade	69	69	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest ES/2011

Identificação da Ação
Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Ricardo Frederico de Melo Arantes
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan

Identificação da Subação					
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar projetos de implantação e melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água	Projeto analisado	Unidade	25	25+14	156
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água.	Projeto analisado	Unidade	18	18+13	172,22
Realizar visitas de	Visita técnica	Unidade	47	47+21	144,68



acompanhamento de obras de implantação e melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água.	de acompanhamento realizada				
---	-----------------------------	--	--	--	--

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2011

Obs.: Os acréscimos ocorreram em função das metas apresentadas pelo PAC-2.

Identificação da Ação
Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Ricardo Frederico de Melo Arantes
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar projetos de implantação e melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário.	Projeto analisado	Unidade	28	28+13	146,42
Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário.	Visita pré realizada	Unidade	22	22+11	150
Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário.	Visita técnica de acom. realizada	Unidade	44	44+17	138,63

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2011

Obs.: Os acréscimos ocorreram em função das metas apresentadas pelo PAC-2.

Identificação da Ação
Denominação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de



estados e municípios.
Descrição: Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêem e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Patrícia Valeria Vaz Areal
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan

Identificação da Subação					
Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar tecnicamente a melhorias da gestão dos serviços municipais de saneamento.	Municípios apoiados	Unidade	25	25	100

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2011

A Suest/ES atendeu a todas as solicitações dos municípios, como também, há ocasiões em que o técnico, ao fazer acompanhamento de convênios, presta apoio técnico ao município. No período de 29 de novembro a 01 de dezembro de 2011 foi realizado o “Encontro Funasa, Municípios e Serviços Municipais de Saneamento 2011” que contou com representantes de 22 municípios com serviços autônomos. Foram discutidos vários assuntos de interesse das autarquias, com destaque para realização da 1ª Assembleia Geral de implantação do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo (CISABES) pelos gestores e representantes presentes.

Identificação da Subação					
Fomento à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar tecnicamente 11 municípios com a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.	Municípios apoiados	Unidade	11	11	100
Analisar 11 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos ao PMSB.	Plano de trabalho e orçamento detalhados analisados	Unidade	11	11	100
Analisar 11 diagnósticos técnico-participativos dos PMSB.	Diagnósticos realizados	Unidade	11	0	0
Elaborar parecer final referente aos demais	Parecer elaborado	Unidade	11	0	0

produtos contidos no TR.					
--------------------------	--	--	--	--	--

Fonte: Suest /ES-

Os municípios contemplados com recursos para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico foram convocados pela Suest/ES para repasse de orientações e informações dos procedimentos a serem adotados, conforme legislação em vigor. Foi disponibilizado um modelo para facilitar a elaboração do Termo de Referência (TR) e esclarecidas às dúvidas suscitadas. Vale ressaltar, que as documentações apresentadas pelos municípios não atenderam as exigências do TR e normativas técnicas para aprovação.

Identificação da Ação					
Denominação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental					
Tipo de Ação: Atividade					
Finalidade: Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.					
Descrição: As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental, financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais / comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde					
Coordenador da Ação: Onivaldo Ferreira Coutinho					
Unidade Executora: Departamento de Saúde Ambiental (Desam)					

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Fomento à Educação em Saúde voltada para o saneamento ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em municípios conveniados com a Funasa, com recursos do PAC	Municípios Apoiados	Unidade	3	0	0
Apoiar os Municípios na	Municípios	Unidade	10	19	190



implantação/implementação dos Núcleos de Educação em Saúde nos municípios atendidos com recursos da Funasa	Apoiados				
Apoiar os municípios conveniados á Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC 2007 a 2009)	Municípios Apoiados	Unidade	07	19	271
Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para a implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de educação em saúde, nos municípios conveniados à Funasa contemplados com recursos do PAC	Municípios Apoiados	Unidade	03	00	00
Apoiar tecnicamente a realização de projetos de coleta e reciclagem no âmbito do Programa Resíduos Sólidos (catadores) em ações de Educação em Saúde e Mobilização Social	Municípios Apoiados	Unidade	00	00	00
Apoiar os municípios a beneficiarem as comunidades de áreas especiais (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e assentados), com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social	Municípios Apoiados	Unidade	02	00	00
Apoiar tecnicamente os municípios por meio dos Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica (NICT), na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	Municípios Apoiados	Unidade	01	03	300
Apoiar 31 municípios na implantação de ações educativas referentes ao programa de Educação e Saúde e Mobilização Social-PESMES, no convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2006	Municípios Apoiados	Unidade	10	04	40

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2011

Fatores determinantes para o não comprimento das metas:

- Ausência de diretrizes objetivas do setor, a ser determinado por Brasília;



- Ausência de instrumento legal capaz de mensurar o impacto social das ações de Educação em Saúde e Mobilização Social em relação ao valor financeiro da obra;
- Ambigüidade de interpretação da responsabilidade dos municípios, no tocante à execução do projeto social pelos mesmos, sendo que a maioria dos gestores entende que a obra física seria a única responsabilidade dos municípios;
- Recursos humanos insuficientes: há necessidade de maior número de servidores sendo estes capacitados e motivados;
- Dificuldade em entrosamento dos setores e serviços envolvidos no cumprimento das ações;
- Dificuldade no entendimento do objetivo da própria ação. (O entendimento de Brasília nem sempre é o entendimento das superintendências).

Identificação da Ação	
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	
Tipo de Ação: Projeto	
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.	
Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)	

Fonte: Sigplan

Identificação da Subação					
Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar projetos de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos.	Projeto analisado	Unidade	10	10+1	110
Realizar visitas preliminar para viabilização de obras de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos	Visita preliminar Realizada	Unidade	2	2	100

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2011

Obs.: Os acréscimos ocorreram em função das metas apresentadas pelo PAC-2.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: Finalístico	

Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Gilson de Carvalho Queiroz Filho	Responsável: Ruy Gomide Barreira
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	
Fonte: Sigplan	

Identificação da Ação
Denominação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Geraldo Melo Corrêa
Unidade Executora: Coordenação de Comunicação Social (COESC)

Fonte: Sigplan

Identificação da Subação					
Divulgação permanente da imagem institucional da Funasa nas ações de saneamento de saúde indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Divulgar ações, projetos e programas da Funasa nas áreas de saneamento ambiental e saúde indígena.	Matéria divulgada	Unidade	80	71	88,75

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2011

Ao longo de 2011 foram produzidas 71 matérias jornalísticas. Não foi possível alcançar a meta 80 matérias, devido a Funasa contar apenas com 01 jornalista e o mesmo responder também, pela chefia de gabinete da Superintendência. Outro fator relevante foi a reestruturação da Funasa, por meio do Decreto nº 7.335, de 19/10/2010, que extinguiu a Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde.

Identificação da Ação
7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Propiciar resolubilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos



diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional da Saúde

Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan

Identificação da Subação					
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar projetos de saneamento ambiental em assentamento da reforma agrária.	Projeto analisado	Unidade	02	02	100
Analisar projetos de saneamento ambiental em comunidades remanescentes de quilombo.	Projeto analisado	Unidade	02	02	100
Realizar visitas preliminares relativas aos pleitos	Projeto analisado	Unidade	03	3+2	166,67
Realizar visitas de acompanhamento	Visita de acompanhamento Realizada	Unidade	10	10+2	120

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2011

Obs.: Os acréscimos ocorreram em função das metas apresentadas pelo PAC-2.

Identificação da Ação
Denominação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição: Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Ruy Gomide Barreira – Funasa/MS
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan

Identificação da Subação					
Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %



Beneficiar aldeias com sistemas de abastecimento de água	Aldeia beneficiada	Unidade	05	05	100
Realizar a contratação de elaboração de projetos de saneamento básico em aldeias	Projeto elaborado	Unidade	05	05	100
Realizar visitas de acompanhamento de obras	Visitas realizadas	Unidade	02	3+2	

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2011

Esta ação recebe repasse de recursos, por intermédio de "destaque" do Ministério da Saúde diretamente para as Suest-ES, por força do Decreto 7.336, de 19 de outubro de 2010.

Identificação do Programa de Governo	
Denominação: Resíduos Sólidos Urbanos	
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Objetivos Específicos: Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
Gerente: Silvano Silvério da Costa – Ministério do Meio Ambiente	Responsável: Ruy Gomide - Funasa
Público Alvo: População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
Descrição: A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contemplam intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro



Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan

Identificação da Subação					
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar projetos de implantação e melhoria de sistema público de manejo de resíduos sólidos.	Projeto analisado	Unidade	30	30+1	103,33
Realizar visita preliminar para viabilização de obras de implantação e/ou melhoria de sistema público de manejo de resíduos sólidos	Visita preliminar realizada	Unidade	16	16+1	106,25
Realizar visita de acompanhamento de implantação e melhoria de sistema público de manejo de resíduos sólidos	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unidade	10	10	100

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2011

Obs.: Os acréscimos ocorreram em função das metas apresentadas pelo PAC-2.

Identificação da Ação
Denominação: 20AM - Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Aumentar a produtividade do processo de coleta e reciclagem de materiais acompanhados do desenvolvimento de atividades educativas, informativas e de comunicação, visando à mobilização dos catadores para a prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pelas condições de trabalho a que estes estão submetidos.
Descrição: A ação de Apoio à Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e será implementada por intermédio das modalidades abaixo relacionadas: a) Implantação, ampliação ou melhoria de Unidades Básicas de Materiais Recicláveis, assistência técnica, aquisição de máquinas, equipamentos e insumos e desenvolvimento institucional; b) Assessoramento tecnicamente aos representantes de empresas públicas, fundações ou organizações não governamentais na elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan

Identificação da Subação					
Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Acompanhar termo de parceria	Termo de parceria	Unidade	02	02	100



	acompanhado				
--	-------------	--	--	--	--

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2011

Os termos de parceria foram acompanhados.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não definido	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente: Não se aplica	Responsável: Marcos Roberto Muffareg - Funasa/MS
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
Tipo de Ação: Não informado
Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição: Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

Identificação da Subação					
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar exames periódicos em 80% dos servidores ativos, empregados públicos, nomeados em cargos de comissão e contratados temporários (105), em exercício na Core/ES.	Servidores beneficiados	%	80	80	100
Realizar exames periódicos em 80% dos servidores descentralizados (25).	Servidores beneficiados	%	80	80	100

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2011

Identificação da Ação
Denominação: 2000 - Administração da Unidade
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.



Descrição: A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior

Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

Identificação da Subação					
Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Desenvolver, pelo menos, 03 ações de promoção à saúde, sendo uma delas a ginástica laboral.	Ações desenvolvidas	Unidade	3	3	100

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e

As seguintes ações foram desenvolvidas durante todo o ano de 2011, sem custos diretos para a Funasa:

- A ginástica laboral é realizada em parceria com o Ministério da Saúde, por intermédio de estagiário.
- Grupo de vivência terapêutica: foi constituído desde 2002, juntamente com o MS, que disponibiliza médico psicoterapeuta para coordenar o programa. Além disso, a Suest-ES acompanha os dependentes químicos, com o propósito de viabilizar, junto as entidades parceiras, a recuperação e retorno as atividades laborais.

Identificação da Subação					
Melhoria do Ambiente de Trabalho – Laudo de Avaliação Ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Executar 10 medidas corretivas dos 22 itens apontados no Laudo de Avaliação Ambiental sob responsabilidade da	Medidas executadas	Unidade	10	0	0

Core/ES.					
----------	--	--	--	--	--

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2011

Em relação a não realização das medidas corretivas é importante registrar que há um projeto de reforma predial, contemplando-as, motivo pelo qual se concluiu ser inviável realizar tais correções de maneira apartada. Além disso, algumas ações ficaram comprometidas diante da reestruturação da Funasa, conforme Decreto nº 7.335/2010, e da redefinição de atribuições do órgão. O seqüenciamento da implantação das medidas apontadas será analisado no próximo exercício.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0016	Denominação: Gestão da Política de Saúde
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
Gerente: Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli – Ministério da Saúde	Responsável: Luiz Fernando Beskow – Ministério da Saúde
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Joselias Ribeiro da Silva
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEDM)

Fonte: Sigplan

Identificação da Subação					
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Promover a participação de 70 servidores públicos federais, lotados na Suest/ES, em eventos de capacitação.	Nº de participações	Unidade	70	70	100

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2011

A Norma Orientativa de capacitação impõe regras demasiadamente burocráticas para a qualificação dos servidores, sobretudo no tocante aos prazos. Apesar disso, foi satisfatório o

resultado obtido, em virtude das diversas modificações institucionais ocorridas no exercício 2011.

2.3.2 Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ

Função	Sub função	Progra- ma	Ação	Tipo	Priori- dade	Sub- ação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Previs- ta	Meta Realiza- da	Meta Previs- ta	Meta Realiza- da
SANEAMENTO AMBIENTAL													
10	512	0122	20AG	A	3	Apoio à gestão dos sistemas de saneamento básico em municípios de até 50.000 habitantes	Apoiar tecnicamente a melhoria da gestão dos serviços de saneamento em 25 municípios.	Municípios apoiados técnica-mente na gestão dos serviços de saneamento	Unid.	25	25	NA (*)	NA (*)
						Fomento à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	Apoiar tecnicamente 11 municípios com a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.	Municípios apoiados	Unid.	11	11	NA (*)	NA (*)
							Analisar 11 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos ao PMSB.	Plano de trabalho e orçamento detalhado analisados	Unid.	11	11	NA (*)	NA (*)
							Analisar 11 diagnósticos técnico-participativos dos PMSB.	Diagnósticos realizados	Unid.	11	0	NA (*)	NA (*)
							Elaborar parecer final referente aos demais produtos contidos no TR.	Parecer elaborado	Unid.	11	0	NA (*)	NA (*)



512	0122	7652	A	1	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e controle de agravos	Analisar projetos de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos.	Projeto analisado	Unid.	10	10+1	NA (*)	NA (*)
						Realizar visitas preliminar para viabilização de obras de implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid.	02	02	NA (*)	NA (*)
		10GD	A	1	Implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE)	Analisar projetos de implantação e melhorias de sistema públicos de abastecimento de água	Projeto analisado	Unid.	25	25+14	NA (*)	NA (*)
						Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água.	Projeto analisado	Unid.	18	18+13	NA (*)	NA (*)
						Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água.	Visita preliminar realizada	Unid.	47	47+21	NA (*)	NA (*)
		10GE	A	1	Implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50.000	Analisar projetos de implantação e melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário.	Projeto analisado	Unid.	28	28+13	NA (*)	NA (*)
						Realizar visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário.	Visita pré realizada	Unid.	22	22+11	NA (*)	NA (*)



						habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE)							
	131	1287	4641	A	3	Divulgação permanente da imagem institucional da Funasa nas ações de saneamento básico	Divulgar ações, projetos e programas da Funasa nas áreas de saneamento ambiental e saúde indígena.	Matéria divulgada	Unid.	80	71	NA (*)	NA (*)
	511	1287	7656	A	1	Implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas rurais, em áreas especiais (Quilombos, Assentamentos e reservas extrativistas) e em localidades com população inferior a	Analisar projetos de saneamento ambiental em assentamento da reforma agrária.	Projeto analisado	Unid.	02	02	NA (*)	NA (*)
							Analisar projetos de saneamento ambiental em comunidades remanescentes de quilombo.	Projeto analisado	Unid.	02	02	NA (*)	NA (*)
							Realizar visitas preliminares relativas aos pleitos	Projeto analisado	Unid.	03	3+2	NA (*)	NA (*)
							Realizar visitas de acompanhamento	Visita de acomp. realizada	Unid.	10	10+2	NA (*)	NA (*)



						2.500 habitantes para prevenção e controle de agravos							
		1287	7684	A	1	Saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos	Beneficiar aldeias com sistemas de abastecimento de água	Aldeia beneficiada	Unid.	05	05	NA (*)	NA (*)
							Realizar a contratação de elaboração de projetos de saneamento básico em aldeias	Aldeia beneficiada	Unid.	05	05	NA (*)	NA (*)
							Realizar visitas de acompanhamento de obras	Visitas realizadas	Unid.	03	3+2	NA (*)	NA (*)
	512	8007	10GG	A	3	Implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE)	Analisar projetos de implantação e melhoria de sistema público de manejo de resíduos sólidos.	Projeto analisado	Unid.	30	30+1	NA (*)	NA (*)
							Realizar visita preliminar para viabilização de obras de implantação e/ou melhoria de sistema público de manejo de resíduos sólidos	Visita preliminar realizada	Unid.	16	16+1	NA (*)	NA (*)
							Realizar visita de acompanhamento de implantação e melhoria de sistema público de manejo de resíduos sólidos	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unid.	10	10	NA (*)	NA (*)
			20AM	A	3	Implementação de projetos de coleta e reciclagem de	Acompanhar termo de parceria	Termo de parceria acompanhado	Unid.	02	02	NA (*)	NA (*)



						materiais							
SAÚDE AMBIENTAL													
10	512	0122	20AF	A	3	Apoio ao controle de Qualidade da Água para Consumo Humano	Apoiar 145 sistemas públicos de abastecimento de água com a implementação de ações voltadas para o controle da qualidade da água para consumo humano	Sistemas Atendidos	Unid.	144	31	NA	NA
							Apoiar 12 sistemas de abastecimento de água em áreas indígenas, com a implementação de ações voltadas para o controle de qualidade da água voltada para o consumo humano.	Sistemas Atendidos	Unid.	12	12	NA	NA
							Apoiar 69 sistemas de abastecimento de água em famílias remanescentes de quilombos, com a implementação de ações voltadas para o controle de qualidade da água voltada para o consumo humano.	Sistemas Atendidos	Unid.	69	69	NA	NA
10	541	0122	6908	A	3	Fomento à Educação em Saúde voltada para o saneamento ambiental	Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em municípios conveniados com a Funasa, com recursos do PAC	Municípios Apoiados	Unid.	03	00	NA	NA
							Apoiar os Municípios na implantação/implementação dos Núcleos de Educação em Saúde nos municípios atendidos com recursos da Funasa	Municípios Apoiados	Unid.	10	19	NA	NA
							Apoiar os municípios conveniados à Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC 2007 a	Municípios Apoiados	Unid.	07	19	NA	NA



							2009)						
							Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para a implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de educação em saúde, nos municípios conveniados à Funasa contemplados com recursos do PAC	Municípios Apoiados	Unid.	03	00	NA	NA
							Apoiar tecnicamente a realização de projetos de coleta e reciclagem no âmbito do Programa Resíduos Sólidos (catadores) em ações de Educação em Saúde e Mobilização Social	Municípios Apoiados	Unid.	00	00	NA	NA
							Apoiar os municípios a beneficiarem as comunidades de áreas especiais (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e assentados), com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social	Municípios Apoiados	Unid.	02	00	NA	NA
							Apoiar tecnicamente os municípios por meio dos Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica (NICT), na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	Municípios Apoiados	Unid.	01	03	NA	NA
							Apoiar 31 municípios na implantação de ações educativas referentes ao programa de Educação e Saúde e Mobilização Social-PESMES, no convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2006	Municípios Apoiados	Unid.	10	04	NA	NA
GESTÃO													
10	128	0016	4572	A	3	Participação de servidores públicos federais em	Promover a participação de 70 servidores públicos federais, lotados na Suest/ ES, em eventos de capacitação.	Nº de participações	Unid.	70	70	NA (*)	NA (*)



						eventos de capacitação							
	122	0750	2000	A	4	Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO	Desenvolver, pelo menos, 03 ações de promoção à saúde, sendo uma delas a ginástica laboral.	Ações desenvolvidas	Unid.	03	03	NA (*)	NA (*)
						Melhoria do ambiente de trabalho – Laudo de Avaliação Ambiental	Executar 10 medidas corretivas dos 22 itens apontados no laudo de Avaliação Ambiental, sob responsabilidade da Suest/ES.	Medidas executadas	Unid	10	0	NA (*)	NA (*)
	301	0750	2004	A	4	Assistência médica aos servidores e empregados públicos – Exames Periódicos	Realizar exames periódicos em 80% dos servidores ativos, empregados públicos, nomeados em cargos de comissão e contratados temporários (105), em exercício na Suest-ES.	Servidores beneficiados	%	80	80	NA (*)	NA (*)
							Realizar exames periódicos em 80% dos servidores descentralizados (25).	Servidores beneficiados	%	80	80	NA (*)	NA (*)

Fonte: PlamSUS

NA (*) A UJ não faz o acompanhamento de execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.



2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Estadual do Espírito Santo – SUEST-ES	36211	255008

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA					
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

2.4.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA					
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							



Outras Operações						
Total						

Fonte:

2.4.2.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares		NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA					
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

2.4.2.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7.1 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – Exercício de 2010

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação		Despesas Correntes		
					1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	255000	0927200890181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	30.698,30	-	-
			1012201222272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	-	-	534.469,97
			1012201502272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	-	-	86.045,00
			1012207502000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	307.383,63	-	1.483.106,23
			1012212872272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	-	-	308.167,80
			1012800164572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	-	-	81.132,82
			1013112874641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	-	-	14.821,91
			1042301508743	PROMOCAO, VIGILANCIA, PROTECAO E RECUPERACAO DA SAUDE INDIGENA	-	-	427.738,83
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	36901	1012207502000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	-	-	111.393,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação		Despesas de Capital		
					4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	255000	1012207502000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	7.665,45	-	-
			1030201503869	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO A POPULAC	103.436,04	-	-

			10512012220A G	APOIO A GESTAO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPI	27.448,59	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial com exportação de dados via Web em 08/03/2012

Quadro A.2.7.2 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – EXERCICIO DE 2011

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação		Despesas Correntes		
					1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	255000	0927200890181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	31.508,59	-	-
			1012201222272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	-	-	282.171,99
			1012207502000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	314.301,02	-	1.851.871,63
			1012212872272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	-	-	51.733,17
			1012800164572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	-	-	55.318,32
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	26282	1212810674572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	-	-	1.644,40
		36901	1012207502000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	-	-	59.604,57
			1012212872272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	-	-	299.261,02
			1042301508743	PROMOÇÃO, VIGILÂNCIA, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE INDÍGE	-	-	522.659,10
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou	Classificação da ação		Despesas de Capital		
					4 – Investi-mentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

		recedora					da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					-	-
	Recebidos	255000	1012207502000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	27.899,98	-	-
			1051112877656	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DO SERVIÇO DE SANEAMENTO	288.464,01	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	36901	1051112877684	SANEAMENTO BÁSICO EM ALDEIAS INDÍGENAS PARA PREVENÇÃO E CONT	859.052,64	-	-

Fonte: Siafi Gerencial com exportação de dados via Web em 08/03/2012

Análise crítica

Os créditos de movimentação externa em 2011 foram em sua maioria recebidos pela UO 36901 – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE devido aos Contratos vigentes a época para sub-rogação ao Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei-MG-ES) e os programas finalísticos de Assistência a Saúde Indígena, inclusive por suprimento de fundos.

Os créditos orçamentários de movimentação interna para ações finalísticas para investimentos (obras e instalações) de 2010 não foram concedidos. Esses créditos que se referem às tomadas de preços nº 01/2010 e 02/2010 foram concedidos em 2011, justificando a disparidade dos valores entre 2010 e 2011.

A provisão de créditos maior em 2011 e a disponibilidade dos créditos por completo no início do exercício foram positivas permitindo a execução do que foi planejado para o exercício.

2.4.3 Execução Orçamentária da Despesa

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

2.4.3.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA			
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

Fonte:

2.4.3.1.1 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	RP não processados	Valores Pagos



1 – Despesas de Pessoal	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

2.4.3.1.2 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

2.4.3.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Como já dito, o segundo demonstrativo, denominado **Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**, contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente. A diferença entre esses demonstrativos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos. Assim, deixa-se de discriminar os quadros deste demonstrativo, pois são semelhantes aos quadros explanados no conjunto de demonstrativos associado à execução orçamentária de créditos originários da UJ.

2.4.3.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Movimentação Interna

UO 36211 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2011	2010	2011	2010
Licitação					
Convite			-		-
Tomada de Preços			-		-
Concorrência			-		-
Pregão		1.184.635,57	1.332.129,13	1.183.991,49	1.283.393,19
Concurso			-		-
Consulta			-		-
Contratações Diretas					
Dispensa		67.774,93	164.739,28	67.774,93	145.776,73
Inexigibilidade		144.506,48	267.514,74	144.506,48	263.033,24
Regime de Execução Especial					
Suprimento de Fundos		30.393,10	142.992,01	30.393,10	142.992,01
Pagamento de Pessoal					
Pagamento em Folha		345.809,61	338.081,93	345.809,61	338.081,93
Diárias	Diárias no País	310.206,75	715.305,12	310.206,75	715.220,83
	Diárias a colaboradores eventuais no País	4.356,00	71.004,30	4.356,00	71.004,30
Outras					
Modalidade 08 – Não se aplica		369.873,36	847.492,16	369.873,36	834.463,51
Movimentação Externa		UO 36901 – FUNDO NACIONAL DE SAUDE			
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2011	2010	2011	2010
Licitação					
Convite		-	-	-	-
Tomada de Preços		473.719,40	-	473.719,40	-
Concorrência		-	-	-	-
Pregão		443.897,82	70.250,09	443.897,82	52.038,74
Concurso		-	-	-	-
Consulta		-	-	-	-



Contratações Diretas					
Dispensa		1.630,30	-	1.630,30	-
Inexigibilidade		211.038,05	3.000,00	211.038,05	3.000,00
Regime de Execução Especial					
Suprimento de Fundos		33.110,47	-	33.110,47	-
Pagamento de Pessoal					
Pagamento em Folha		-	-	-	-
Diárias	Diárias no País	-	-	-	-
	Diárias a colaboradores eventuais no País	-	-	-	-
Outras					
Modalidade 08 – Não se aplica		56.573,56	-	56.573,56	-
		UO 26282 – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA			
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2011	2010	2011	2010
Modalidade 08 – Não se aplica		1.644,40	-	1.644,40	-

Fonte: Siafi Gerencial com exportação de dados via Web em 09/03/2012

2.4.4 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	311.258,26	307.383,63	311.258,26	307.383,63	-	-	311.258,26	307.383,63
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	32.955,58	21.518,07	32.955,58	21.518,07	-	-	32.955,58	21.518,07
SENTENCAS JUDICIAIS	1.595,77	9.180,23	1.595,77	9.180,23	-	-	1.595,77	9.180,23
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1.159.787,10	806.368,68	1.070.076,03	726.099,96	89.711,07	80.268,72	1.070.076,03	715.620,76
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.035.216,72	32.827,26	703.818,05	26.245,14	331.398,67	6.582,12	703.173,97	26.245,14
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	109.939,76	919.267,21	97.215,63	869.374,35	12.724,13	49.892,86	97.215,63	816.246,93
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	310.206,75	715.305,12	310.206,75	715.305,12	-	-	310.206,75	715.220,83
MATERIAL DE CONSUMO	396.526,44	405.485,50	261.981,10	313.665,16	134.545,34	91.820,34	261.981,10	276.363,68
INDENIZACOES E RESTITUICOES	69.539,73	1.005,19	69.539,73	1.005,19	-	-	69.539,73	1.005,19
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	31.268,69	12.047,87	27.811,74	12.047,87	3.456,95	-	27.811,74	12.047,87
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	109.939,76	165.797,66	97.215,63	158.737,66	12.724,13	7.060,00	97.215,63	156.310,06
SERVICOS DE CONSULTORIA	7.350,00				7.350,00			
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.200,00	926,37	3.200,00	926,37	-	-	3.200,00	926,37

Fonte: Siafi Gerencial com exportação de dados via Web em 09/03/2012

2.4.5 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	1.147.516,65	106.691,14	473.719,40	0	673.797,25	106.691,14	473.719,40	0
EQUIPE MATERIAL PERMANENTE - OP. INTRA-ORC.	27.899,98	31.858,94	0	4.710,59	27.899,98	27.148,35	0	4.710,59
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								

Fonte: Siafi Gerencial com exportação de dados via Web em 09/03/2012

Análise crítica:

Alterações significativas ocorridas no exercício:

As despesas de Movimentação interna quanto a dispensa, inexigibilidade e suprimimento de fundos tiveram seus valores reduzidos em 2011 devido aos Contratos vigentes a época referentes a Saúde indígena estarem em sub-rogação ao Dsei-MG-ES e aos programas finalísticos de Assistência a Saúde Indígena que foram destaques (Movimentação externa) concedidos pela UO 36901 – Fundo Nacional de Saúde.

A modalidade de contratação por tomada de preços em 2010, também sub-rogados ao Dsei-MG-ES, também não obtiveram êxito, pois os créditos pré-empenhados para esses valores, relativos às tomadas de preços nº 01/2010 e 02/2010, foram recolhidos pela UG 255000. Esses créditos foram concedidos em 2011, justificando a disparidade dos valores entre 2010 e 2011.

Os gastos com diárias foram reduzidos em decorrência das restrições impostas inicialmente pelo Decreto nº 7446 de 1º de março de 2011 e pelas Portarias nº 348 e 397 de 4 e 9 de março de 2011 que foram estipulados com limite global anual em R\$360.000,00 para a Superintendência Estadual do Espírito Santo/ Suest-ES.

Contingenciamento no exercício:

O Contingenciamento verificado no exercício de 2010 provocou frustração no empenhamento de valores e atraso nos processos de pedido de compra de bens e serviços e/ou atraso que acarretou valores altos na inscrição de restos a pagar em 2011. No entanto, em 2011 esse fator foi verificado quanto aos créditos de investimentos em obras e equipamentos nos quais só foram disponibilizados mediante memorando com solicitação individualizada.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

A provisão dos créditos para atender despesas correntes (custeio) programadas para todo o exercício foi concedida integralmente no início de 2011. Fato que impactou positivamente a assunção dos compromissos, principalmente ao atendimento dos contratos vigentes relativos à manutenção da administração contribuindo para o cumprimento dos prazos de pagamento.

Há de se considerar a intempestividade na elaboração dos processos de pedido de bens e Serviços e/ou Obras pelos Departamentos da Suest-ES que causam tempo reduzido para execução dos processos de licitação seguido de emissão da nota de empenho gerando altos valores no saldo de inscrição em Restos a Pagar para o próximo exercício. Além disso, gera acúmulo de licitações no mês de dezembro, quando anualmente ocorre aumento das atividades da Seção Orçamentária e Financeira (Saofi) da Suest-ES por encerramento do exercício financeiro, dificultando o cumprimento das tarefas orçamentárias.

2.4.6 Indicadores Institucionais

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2010. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{Nº de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{Nº de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ <p>Nº de obras de abastecimento de água com percentual de execução < 30%</p> $\frac{\text{Nº de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{Nº obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ <p>Nº de obras de abastecimento de água com o percentual de execução > 70% e < 100%</p> $\frac{\text{Nº de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{Nº de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	<p>12/20x100 = 60</p> <p>2/20x100 = 10</p> <p>1/20x100 = 5</p>	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	20%	60%
Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2010. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{Nº de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{Nº de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ <p>Nº de obras de esgotamento sanitário com percentual de execução < 30%</p>	<p>3/6x100 = 50</p> <p>1/6x100 = 17</p>	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	50%	50%
								0%	17%



Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
		$\frac{\text{Nº de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{Nº obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ <p>Nº de obras de esgotamento sanitário com percentual de execução >70% e < 100%</p> $\frac{\text{Nº de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{Nº de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	0/6x100 = 0					0%	0%
Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (*) (*) Acumulado – 2007 a 2010	Medir o percentual de de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC	$\frac{\text{Nº de aldeias com SAA(*)}}{\text{Total de aldeias previstas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	10/10x100 = 100	Eficácia	Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras	Planilha Acompanhamento de obras (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest	100%	100%
Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC (*) (*)Acumulado – 2007 a 2010)	Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC	$\frac{\text{Nº de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$	10/10x100 = 100	Eficácia	Planilha de acompanhamento em excel visita de acompanhamento de obras	Planilha de Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest	100%	100%



Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias, com monitoramento da qualidade da água para consumo humano *	Medir o percentual de sistemas de abastecimento de água monitorado	$\frac{\text{Nº de sistemas de abastecimento de água em área indígena monitorado}}{\text{Total de sistemas de abastecimento de água em área indígena com tratamento}} \times 100$	12/12x100 = 100	Eficácia	Planilha de acompanhamento Programação de acompanhamento	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp)	DENSP Suest	100%	100%
Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2010	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado	$\frac{\text{Nº de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado (*)}}{\text{total de comunidades remanescentes de quilombo programadas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	12/18x100 = 67	Eficácia	Relatório Consolidado de atividades (Densp) Planilha de acompanhamento (Diesp)/Sensp Programação do PAC	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp/Sensp)	DENSP Suest	57,14%	67%
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado) (*) Acumulado – 2007 a 2010	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{Nº de domicílios com MSD implantado (*)}}{\text{Nº de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	579/951x100 = 61	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/Suest	32,91%	61%
Percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas	Aferir o percentual de domicílios com Melhoria Habitacional	$\frac{\text{Nº de domicílios com MHCDC realizada (*)}}{\text{Nº de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	(*) Não temos	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do	DENSP/Suest	NA	NA

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
realizada com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2010	para o Controle da Doença de Chagas realizada		ocorrência			PAC			

Não foram incluídos os Termos de Compromisso (TC) (PAC 2) assinados no final do exercício de 2011, tendo em vista que as obras de engenharia não se desenvolvem no mesmo exercício.

Cabe ressaltar que foram firmados 44 TC no período de 2007 a 2010. Desse total, permanecem vigentes 34 TC PAC, uma vez que em 2011 foram cancelados 4 por falta de projetos aprovados (pendências); 2 foram cancelados por solicitação do município; 1 foi cancelado em virtude do objeto que será contemplado no PAC 2; 2 foram cancelados e as referidas obras serão efetuadas por contratação direta da Funasa e 1 refere-se a construção de Centro de Referência em Saneamento Ambiental.

É preciso salientar que os indicadores acima mencionados não contemplam os TC com o percentual de execução entre 30% e 70%. No caso da Suest-ES, há 5 obras de água, que representam 25% do total e 2 obras de esgoto que representam 33,4% do total, sem registro de indicador.

São vários os fatores que impactaram os resultados obtidos. O que se pretende é executar todas as obras programadas do PAC 2007 – 2010. Porém, depende de projetos bem elaborados por parte dos convenientes para a aprovação, da liberação dos recursos dentro do exercício, processos licitatórios não morosos por parte dos municípios, a execução da obra, enfim, um série de elementos que independem da Suest-ES.

(*) NA A ação não é desenvolvida no âmbito da Suest-ES.

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil

Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					

Fonte:

Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Siafi.

4. INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	46711,38	----	46711,38	-----
2008	86945,91	240,54	86705,37	-----
2007		17,36	116.263,66	-----
2006	100.387,88	3.013,34	97.487,88	-----
2005	13.777,49	57.417,64	235.466,76	-----
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.232.707,68	77.562,81	1.155.144,87	-----
2008	463.372,56	59.849,4	403.523,16	-----
2007	1.250.412,41	121.773,16	1.012.358,23	-----
2006	1.037.858,57	27.658,25	1.010.086,98	-----
2005	1.125.052,02	42.436,97	803.508,14	-----
Observações:				

Análise crítica:

As pendências de Resto a Pagar (RP) de exercícios anteriores não foram significativas, de forma que onerassem os anos posteriores. As circunstâncias que ocorreram para manter o saldo de RP, ou seu cancelamento, foram específicas e em prejuízos para o desenvolvimento dos planos de trabalho dos anos seguintes. A crítica recai aos pedidos de compras, bens e serviços, que foram intempestivos e aos contingenciamentos efetuados ao final do ano, contribuindo para elevar os valores de inscrição para o ano seguinte.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		103		1
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		103		1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		102		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1		
2. Servidores com Contratos Temporários		3		
3. Total de Servidores (1+2)		106		1

Fonte: SIAPECAD /SIAPE

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – EM 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	22
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis) CEDIDO SUS	21
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	



3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
3.3. Doença da própria saúde	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	1
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	10
6.1. Redistribuído - Saúde Indígena Ministério da Saúde (Cargo de Agente Administrativo) Portaria MS nº 101, DOU 26.01.2011; 1.064, DOU 11.05.2001; 1.245, DOU 31.05.2011 seção II	7
6.2. Pedido de exoneração (Cargo de agente administrativo) – Portaria nº 609 – DOU de 20.10.2011 – seção II	1
6.3. Aposentadoria Voluntária (Cargo de agente administrativo) Portaria nº 86, DOU 10.05.2011; 209 DOU 04.11.2011- seção II	2
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	36

Fonte: SIAPECAD - DOU

5.1.2 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	7	12		1
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	7	6		1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		1		
1.2.4. Sem vínculo		4		
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	14	11		1
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	14	11		1
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	21	23		2

Fonte: SIAPECAD

5.1.3 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária
---------------------	---



	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	5	9	35	43	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	4	7	35	43	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	2			
2. Provimento de cargo em comissão	1	2	1	-	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	1		1
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	6	11	36	43	8

Fonte: SIAPECAD

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo			4	4	24	48			
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			4	4	24	45	-		
1.3. Servidores com Contratos Temporários			-	-	-	3	-		
2. Provimento de cargo em comissão						12	17		
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			-	-	-	1	4		
2.3. Funções gratificadas			-	-	-	11	13		
3. Totais (1+2)			4	4	24	60	17		

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPECAD

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	278	3
1.1. Voluntária	223	3
1.2. Compulsória	53	-
1.3. Invalidez Permanente	2	-
1.4. Outras		
2. Proporcional	26	
2.1. Voluntária	23	-



2.2 Compulsória	2	-
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras	1	
3. Totais (1+2)	304	3

Fonte: SIAPECAD

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	217	13
1.1. Integral	159	8
1.2. Proporcional	58	5
2. Em Atividade	84	1
3. Total (1+2)	301	14

Fonte: SIAPECAD

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	7	9	10	8	
1.1 Área Fim	2	3	3	3	16.216,00
1.2 Área Meio	5	6	7	5	35.565,99
2. Nível Médio	13	13	11	12	
2.1 Área Fim	2	2	-	-	2.603,14
2.2 Área Meio	11	11	11	12	40.825,33
3. Total (1+2)	20	22	21	20	95.210,46

Fonte: SIAPE /SOCAP

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

QUADRO A.3.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES										
Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retri-buições	Gratifi-cações	Adicio-nais	Indeniza-ções	Benefícios Assistenciais e previden-ciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011	4.638.808,43	182.090,16	3.103.834,69	260.721,62	410.042,54	1.081.761,98	6.347,16	591.563,70	10.275.170,28
	2010	7.738.925,62	32.362,65	6.630.741,44	1.850.959,84	1.616.135,41	903.416,66	704.648,86		19.477.190,08
	2009	8.961.812,43	36.102,22	9.189.232,69	2.523.888,03	1.190.175,12	377.054,79	752.863,21		23.031.128,49
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011	212.516,66		18.441,08	6.538,65	10.944,00				248.440,39
	2010	147.120,00		12.873,00	13.894,65					173.887,65
	2009	129.138,66		11.800,25	7.069,92					148.008,83
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011	73.521,24		74.068,70		3.648,00	2.134,00		26.957,16	180.329,10
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	126.407,64	64.508,15							190.915,79
	2010	128.527,21	37.511,76							166.038,97
	2009	81.378,37	41.016,77							122.395,14
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011	20.598,14		34.192,64						54.790,78
	2010	20.123,59		33.404,59						53.528,18
	2009	19.123,68		31.861,13						51.054,81

Fonte: SIAPE



5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Cargo de Secretária	0	0	1		1
Cargo de Apoio Administrativo	0	0	9		18
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Em 2009 houve a redução de 09 contratados do cargo de Apoio Administrativo, devido ao concurso público para admissão de 09 servidores. Em 2010 a renovação contratual não foi permitida, saindo o restante dos contratados. Hoje, em 2012, dos 09 servidores concursados que assumiram na Funasa/Suest/ES, 04 já saíram, conforme abaixo relacionados, e temos ainda mais três servidores que já avisaram que passaram em outros concursos públicos e estão na iminência de serem chamados, são eles: Samuel, Camila e Leonardo.					
<ul style="list-style-type: none">• Rafaella de Sá Bissoli – passou em outro concurso público e saiu da Funasa.• Ludmila Menezes de Lemos – pediu transferência para Brasília e está lotada e trabalhando lá – gestão 36211 - UG 255000.• Daniely da Silva Rossi Dalvi – pediu transferência para a Saúde Indígena e trabalha no M.S. - Gestão 2500 – UG 1737992.• Paulo Nagem de Oliveira – entrou na vaga de deficiente físico, trabalhou alguns meses, depois entrou em licença de saúde, atualmente está pedindo aposentadoria pelo mesmo motivo que foi admitido na Funasa-ES.					

Fonte: Processo 25150.002.502/2008-48, contrato nº 012/2008, iniciou com 18 contratados para o cargo de Apoio Administrativo e 01 contratado para o cargo de Secretária.

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Fonte:

5.5.1 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

O Quadro A.5.11 a seguir deve ser preenchido somente pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou por outro órgão autorizador equivalente nos demais Poderes da União.

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Fonte:



5.5.2 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: DIADM – GESTÃO DE CONTRATOS													
UG/Gestão: 36211 - 255008							CNPJ: 26.989.350/0019-45						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	TC 08/2010	07.780.835/0001-50	30.06.11	30.06.12	10	10					P
2010	L	O	TC 09/2010	30.683.262/0001-69	01.07.11	31.12.11	2	2					P
2011	V	O	TC 04/2011	32.401.341/0001-65	01.06.11	01.06.12	09	09					A
2005	V	O	TC 04/2005	32.401.341/0001-65	10.06.10	31.05.12	09	09					E
2009	V	O	TC 05/2009	07.400.941/0001-61	22.06.11	31.12.11	2	2					P
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Planilhas de Controle de Contratos – área de Gestão de Contratos.

Processos: 25150.004.084/09-12, 25150.001.461/10-97, 25150.000.490/11-12, 25150.001.461/10-97 e 25150.000.490/2011-12

5.5.3 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: DIADM – GESTÃO DE CONTRATOS													
UG/Gestão: 36211 - 255008							CNPJ: 26.989.350/0019-45						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	TC 15/2010	11.237.497/0001-82	24.09.11	24.09.12	6	6					P
2010	11	O	TC 16/2010	00.471.823/0001-03	07.10.10	07.10.11							P



2011	13	O	TC 03/2011	13.024.068/ 0001-52	04.04. 11	04.04. 12	10	10					A
------	----	---	------------	------------------------	--------------	--------------	----	----	--	--	--	--	---

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Planilhas de Controle de Contratos – área de Gestão de Contratos.

Processos: 25150.000.161/11-71, 25150.002.289/10-99 e 25150.002.244/10-14

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência (NÃO SE APLICA A SUEST)

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumen- to	Beneficiá- rio	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit .
			Global	Contrapartida	No exerci- cio	Acumula- do até exercício	Iní- cio	Fim	

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio

2 - Contrato de Repasse

3 - Termo de Cooperação

4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente

2 - Inadimplente

3 - Inadimplência Suspensa

4 - Concluído

5 - Excluído

6 - Rescindido

7 - Arquivado

Fonte:



Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (NÃO SE APLICA A SUEST)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte:

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes (NÃO SE APLICA A SUEST)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte:

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Nacional de Saúde					
CNPJ:		UG/GESTÃO: ES			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	08	-	-
		Montante Repassado	2.532.983,61	-	-



	Contas NÃO prestadas	Quantidade	02	-	-
		Montante Repassado	125.707,38	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	12	-	-
		Montante Repassado	3.402.555,32	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	26	-	-
		Montante Repassado	6.037.714,43	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Fonte: Setor de Prestação de Contas – Sobre/ES e Siafi					

Em 31.12.2011, dos quantitativos relativos aos exercícios de 2010, 2009 e anteriores a 2009, todos os convenentes prestaram contas.

No que se refere a 2011, aguardando a devolução dos processos (02) que se encontram na Divisão de Engenharia de Saúde Pública – Diesp, para fins de notificação solicitando a prestação de contas final.

6.2.1. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Análise Crítica:

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as UJ.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequado fazer, importa que a UJ informe sobre:

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;
- Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.445/2011, ou legislação que o altere;
- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;
- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011;
- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;
- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;
- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.



QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Nacional de Saúde					
CNPJ:			UG/GESTÃO: ES		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			09	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	02	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	07	-
Montante repassado (R\$)		2.329.252,96	-		
2010	Quantidade de contas prestadas			12	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		08	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		04	-
		Montante repassado (R\$)		2.780.000,00	-
2009	Quantidade de contas prestadas			25	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		18	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		07	-
		Montante repassado		3.120.630,57	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		27	-
		Montante repassado		8.387.964,59	-
Fonte: Setor de Prestação de Contas – Sobre/ES e Siafi					

Em 31.12.2011, no que se refere às prestações de contas prestadas pelos convenientes e não analisadas, os processos encontram-se nas áreas técnicas para emissão de pareceres.

6.3 Análise Crítica

Atualmente, o Setor de Prestação de Contas da Superintendência Estadual do Espírito Santo conta com 03 (três) servidores, sendo que somente 01 (um) é analista.

As fiscalizações in loco foram realizadas levando em conta esse reduzido número do setor.

É necessário um aumento no quantitativo de servidores analistas.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

7. DECLARAÇÕES REFERENTES Á CONTRATOS E CONVÊNIOS

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV




Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

7. DECLARAÇÃO REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, Nilton José de Andrade CPF nº 358.460.707-87, superintendente estadual, da Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011, naquilo que compete a esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Vitória, 30 de março de 2012.</p> <p> Nilton José de Andrade CPF: 358.460.707-87 Superintendente estadual da Suest-ES</p>



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

8. INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

8. INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA.

DECLARAÇÃO

Eu, Nilton José de Andrade CPF nº 358.460.707-87, superintendente estadual da Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que estão sendo tomadas todas as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Vitória, 30 de março de 2012.



Nilton José de Andrade

CPF: 358.460.707-87
Superintendente estadual da Suest-ES

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	110	2	
	Entregaram a DBR	85	-	
	Não cumpriram a obrigação	25	-	

Fonte: SOCAD

Análise Crítica:

Conforme MEMORANDO CIRCULAR nº 34/Colep/Cgerh, de 08.04.2008, foram convocados todos os AGENTES PÚBLICOS a entregarem a Declaração ou Autorização de Acesso.

O Serviço da Recursos Humanos (Sereh) da Suest-ES emitiu carta circular a todos os serviços para apresentação dos documentos. Todos os servidores entregaram, conforme Lei 8730 /93 que diz: VII - todos quantos exerçam cargos eletivos e cargos, empregos ou funções de confiança, na administração direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes da União.

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTRLE INTERNO DA UJ.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	X				
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		



8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	X				
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da Unidade Jurisdicionada estão formalizados.			X		
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	X				
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento		1	2	3	4	5
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29.	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30.	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações gerais:						



LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O tópico sobre gestão ambiental e licitações sustentáveis traz questões que o gestor terá de avaliar segundo sua concordância ou não com as afirmações apresentadas no Quadro A.10.1 abaixo.

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				



8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	ESPÍRITO SANTO	6	6
	1 – BAIXO GUANDU	1	1
	2 – COLATINA	2	2
	3 – LINHARES	2	2
	4 - VITÓRIA	1	1
	Os imóveis situados em Baixo Guandu, Colatina e Linhares, encontram-se cedidos conforme respectivos Termos de Cessão 05/2007 (Prefeitura Baixo Guandu), 03/2007 (Prefeitura Colatina) e 04/2007 (SESA) e 01e 02/2007 (Prefeitura de Linhares).		
Subtotal Brasil		6	6



EXTERIOR	NÃO EXISTE IMÓVEL NO EXTERIOR		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		6	6
Fonte: SPIUNET			

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	NÃO EXISTE IMÓVEL LOCADO		
EXTERIOR	NÃO EXISTE IMÓVEL LOCADO		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			
Fonte:			

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255008	5615.00001.500-1	10	BOM	199.163,85	22/08/00	339.757,90		
255008	5629.00011.500-6	10	BOM	312.106,00	22/08/00	490.675,21		
255008	5629.00006.500-9	10	BOM	168.401,16	22/08/00	384.102,28		
255008	5663.00008.500-0	10	BOM	25.801,16	22/08/00	35.541,07		
255008	5663.00009.5	10	BOM	10.048,49	22/08/00	9.586,99		



	00-5							
255008	5705.00009.5 00-4	11	BOM	1.009.277,65	18/10/00	4.642.274,53	124.485,01	
Total							124.485,01	
Fonte: SPIUNET E BALANCETE SIAFI/2011								

12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

A Superintendência da Estadual da Funasa no Espírito Santo (Suest-ES) não é gestora de Tecnologia da Informação (TI). Seus técnicos são apenas usuários de sistemas, sendo que a Gestão de TI é realizada pela Coordenação-Geral de Modernização e Tecnologia da Informação da Presidência da Funasa.

Vale ressaltar, que a capacidade do link que atende a Suest-ES é insuficiente, ocasionando lentidão e queda nos acesso de sistemas como: SICONV, SISCON, SIAF, entre outros. Esta deficiência está prejudicando muito as rotinas e o rendimento dos trabalhos diários.

Ressaltamos que a Superintendência não tem governabilidade para resolver tal questão.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					



14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

“Não se aplica a esta UJ”

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador – exercício 2010

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	255008	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
BANCO DO BRASIL SA	000000000000191			9.801,68	9.801,68
ANDRE LUIZ TOSCANO DALMASIO	04565652722	4.000,00	1.221,00	853,42	2.074,42
GERALDO SALES CHA FILHO	07687125215	4.000,00	760,00	2.334,89	3.094,89
DANIELY DA SILVA ROSSI DALVI	08649939783	8.000,00	350,00	7.420,66	7.770,66
EUDIR CARDOSO OLIVEIRA	25218824704	4.000,00	4.012,00	5.681,16	9.693,16
DALVA MADEIRA DA SILVA	42061806791	8.000,00	17.334,00	16.783,34	34.117,34
JOAO DE PAULA GAVI	74261134772	4.000,00	0	4.658,00	4.658,00
NEIDE PIASSAROLI	76451208787	4.000,00	0	4.600,26	4.600,26
SIDNER KAFER	79356150710	8.000,00	20.925,00	17.067,64	37.992,64
DAVI DA COSTA VILA REAL	79611575734	8.000,00	1.343,43	1.447,25	2.790,68
WALLACE ROCHA SIQUEIRA	98045717734	8.000,00	18.531,00	9.552,17	28.083,17
Total utilizado pela UJ					144.676,90



13.1.1. Relação de portadores de cartão de crédito corporativo na Unidade

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador – exercício 2011 Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	255008	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
BANCO DO BRASIL SA	000000000000191			500,91	500,91
ANDRE LUIZ TOSCANO DALMASIO	04565652722	4.000,00	2.177,07		2.177,07
GERALDO SALES CHA FILHO	07687125215	4.000,00	2.040,00	1.928,70	3.968,70
EUDIR CARDOSO OLIVEIRA	25218824704	4.000,00	1.417,14	3.839,84	5.256,98
DALVA MADEIRA DA SILVA	42061806791	8.000,00	3.745,00	4.241,43	7.986,43
VAGNER KAFER	65820592700	4.000,00	28,65	3.537,78	3.566,43
SIDNER KAFER	79356150710	8.000,00		1.536,62	1.536,62
DAVI DA COSTA VILA REAL	79611575734	8.000,00	15.513,19	20.698,18	36.211,37
WALLACE ROCHA SIQUEIRA	98045717734	8.000,00		1.512,71	1.512,71
Total utilizado pela UJ					62.717,22

13.2 Utilização dos Cartões de Crédito Corporativos na Unidade

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	61	24.921,05	22	37.796,17	62.717,22
2010	157	64.476,43	41	80.200,47	144.676,90
2009	152	60.923,76	43	67.225,47	128.149,23

Fonte: Dados exportado do Siafi Operacional e Siafi Gerencial web com acesso em 09/03/2012

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação



Fonte:

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Valores	2011		2010		2009	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia						
Contrapartida						
Medidas de Compensação						

Fonte:

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas

UF	2011		2010		2009	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:



Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

UF	2011		2010		2011	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas

UF	2011		2010		2009	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						



PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ

Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas

UF	2011		2010		2009	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”



14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ

Renúncia	Programas	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		2011	2010	2009	2011	2010	2009

Fonte:

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Situação	2011		2010		2009	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas						
PC Aguardando Análise						
PC em Análise						
PC não Aprovadas						
PC Aprovadas						

Fonte:

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

14.7 Comunicações à RFB

Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB

Renúncia	2011				2010				2009			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.		Diretos	Indiretos
2011							



2010							
2009							

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

14.9 Declaração

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

A Declaração abaixo contempla modelo de Declaração a ser apresentada pelo gestor de que os beneficiários diretos de renúncia de receita tributária e os beneficiários da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular com os pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e à Seguridade Social, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a. Ao final, deverão ser relacionados os beneficiários que não cumpriram tais dispositivos, bem como as medidas saneadoras adotadas pelo gestor da renúncia.

DECLARAÇÃO

Eu, **(gestor responsável pela concessão, pelo acompanhamento e fiscalização do benefício tributário)**, CPF nº _____, **(cargo ocupado pelo responsável)**, declaro para os devidos fins, que na concessão e na renovação do benefício tributário previsto na(o) **(normativo que disciplina a concessão e a fruição do benefício fiscal, com o seu número e data de edição)**, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS - e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”.

Destaco que os beneficiários abaixo relacionados não cumpriram tais dispositivos, razão pela qual as seguintes medidas saneadoras foram adotadas: **(medidas adotadas para o cumprimento dos normativos acima mencionados)**.

Brasília, ____ de ____ de 20__.

(Gestor)

(CPF)

(Cargo/Unidade Jurisdicionada)

14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Quadro A.14.11 - Ações da RFB

Renúncia	Fiscalizações	Autos de Infração		Recolhimento	
		Qtd. Empresas	Valor (R\$)	Qtd. Empresas	Valor (R\$)
TOTAL					

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	014.953/2002-1	2782/2007 1ª Câmara-TCU	Subitem 1.1	Diligência/ Reiteração	Ofício 150/2011 – TCU/SECEXES, de 21.02.2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo					7478
Descrição da Deliberação:					
Informações acerca do cumprimento do subitem 1.1 do Acórdão TCU nº 2782/2007 – 1ª Câmara, uma vez que o prazo para prestação de contas do Convênio nº 3767/2001, firmado com o município de Muniz Freire/ES expirou em 15.05.2010.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Convênios - Secon					-
Síntese da providência adotada:					
Foi encaminhado Despacho para o Setor de Prestação de Contas – Sobre.					
Síntese dos resultados obtidos					
Conforme Despacho do analista do Setor, a conveniente fez complementação de documentos relativos à prestação das contas, restando pendentes outros (como Termo Definitivo da Obra), motivo pelo qual está aguardando o envio da documentação para encaminhar à apreciação da Divisão de Engenharia e para o Setor de Educação e Saúde. Depois da emissão desses pareceres, será efetuada análise financeira.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A falta da documentação completa necessária à análise das contas prejudicou o encaminhamento das análises em tempo. A resposta foi fornecida por meio do Ofício nº 115/Secon/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 10.03.2011.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	000.406/2007-3	1536/2011 2ª Câmara-TCU	-	Comunicação	Ofício 248/2011 – TCU/SECEXES, de 22.03.2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG



Superintendência Estadual do Espírito Santo	7478
Descrição da Deliberação:	
Para conhecimento dos itens “a” e “b” do Acórdão nº 1536/2011, relativo à Tomada de Contas Especial do Convênio nº 494/1998, firmado com o município de Guarapari/ES.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Convênios - Secon	-
Síntese da providência adotada:	
Encaminhado para conhecimento do Tomador de Contas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Conhecido.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não se aplica.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	002.138/2007-0	973/2010 – Plenário	Subitem 9.3	DE	Ofício 686/2011 – TCU/SECEXES, de 26.05.2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo					7478
Descrição da Deliberação:					
Informações acerca do cumprimento do subitem 9.3 do Acórdão TCU nº 973/2010 – Plenário, uma vez que o prazo para adoção de medidas administrativas com vistas ao ressarcimento da quantia de R\$73.352,19, referente a serviços não prestados no âmbito da execução do Convênio nº 854/2000 expirou em 16.09.2010.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Convênios - Secon					-
Síntese da providência adotada:					
Tendo em vista que o convênio foi encaminhado para instauração de Tomada de Contas Especial em 01.09.2010, aguardar-se-á a conclusão da mesma. Cabe esclarecer que, atualmente, o processo encontra-se na área técnica de engenharia, visando análise dos apontes técnicos citados quando da apresentação da defesa do réu (ex-gestor), segundo informação prestada pelo Tomador de Contas.					
Síntese dos resultados obtidos					
TCE em andamento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
TCE em andamento. A resposta foi fornecida por meio do Ofício nº 335/Secon/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 16.06.2011.					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde	2207
Deliberações do TCU	
Deliberações expedidas pelo TCU	



Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	014.953/2002-1	2782/2007 – 1ª Câmara –TCU	Subitem 1.1	Diligência/ Reiteração	Ofício 791/2011 – TCU/SECEXES, de 06.07.2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo					7478
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar informações atualizadas acerca do cumprimento do subitem 1.1 do Acórdão TCU nº 2782/2007 – 1ª Câmara, uma vez que a prestação de contas do Convênio nº 3767/2001, firmado com o município de Muniz Freire/ES expirou em 14.05.2010.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Convênios - Secon					-
Síntese da providência adotada:					
Solicitado à Divisão de Engenharia de Saúde Pública – Diesp um pronunciamento quanto à situação atual da prestação de contas, tendo em vista que o processo encontrava-se naquela Divisão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Parecer técnico de engenharia emitido em 02.08.2011. Processo encaminhado para a Seção de Educação e Saúde em 03.08.2011 para manifestação. Na sequência, será submetido à análise financeira.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A demanda foi encaminhada para atendimento. A resposta foi fornecida por meio do Ofício nº 415/Secon/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 03.08.2011.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	010.783/2011-3	564/2011 – TCU – Plenário	-	DE	Ofício 1029/2011TCU/SECEX-ES, de 25.08.2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo					7478
Descrição da Deliberação:					
Determinada diligência, a partir da análise da solicitação de alteração do objeto do Termo de Compromisso nº 0057/2007, celebrado com o município de Alegre/ES, uma avaliação se a redução de capacidade do reservatório não comprometerá a efetividade do objeto inicialmente avençado entre as partes, bem como informe a análise das alterações propostas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Convênios - Secon					-
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado para a Divisão de Engenharia de Saúde Pública – Diesp, a fim de obter o fornecimento dos elementos solicitados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Parecer técnico de engenharia emitido em 22.09.2011.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A demanda foi encaminhada para atendimento e a resposta fornecida por meio do Ofício nº 661/Secon/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 27.09.2011.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	014.953/2002-1	2782/2007 1ª Câmara-TCU	subitem 1.1	Diligência/ Reiteração	Ofício 1154/2011 TCU/SECEX-ES, de 04.10.2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo					7478
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar elementos atualizados acerca do cumprimento do subitem 1.1 do Acórdão TCU nº 2782/2007 – 1ª Câmara, tendo em vista que o Ofício 415/Secon/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 03.08.2011 não continha parecer final relativo a análise da prestação de contas do Convênio nº 3767/2001, firmado com o município de Muniz Freire/ES.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Convênios - Secon					-
Síntese da providência adotada:					
Tendo em vista que, sob o ponto de vista técnico de engenharia, a execução do convênio não atingiu o objeto pactuado (parecer técnico emitido em 02.08.2011), a prefeitura reencaminhou o projeto e esclarecimentos, a fim de obter um novo exame e entendimento sobre a execução do convênio. Sendo assim, o processo foi novamente submetido à Divisão de Engenharia para reanálise. Após isso, será efetuada a análise financeira.					
Síntese dos resultados obtidos					
Aguardando reanálise técnica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A demanda foi encaminhada para atendimento e a resposta fornecida por meio do Ofício nº 764/Secon/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 21.10.2011.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	010.782/2011-7	2607/2011 TCU – Plenário	9.2	DE	Ofício 1156/2011 TCU/SECEX-ES, de 06.10.2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo					7478
Descrição da Deliberação:					
Determinar a Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo que acompanhe a regularização da propriedade do terreno onde será construída a estação elevatória de esgoto bruto do sistema de esgotamento sanitário do município de Água Doce do Norte/ES, objeto do termo de Compromisso nº 0774/2008.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Convênios - Secon					-
Síntese da providência adotada:					
Acompanhamento sendo efetuado.					



Síntese dos resultados obtidos
O gestor municipal apresentou a declaração de propriedade do imóvel. A documentação definitiva deverá ser apresentada até o final da vigência do Termo de Compromisso, de acordo com a Portaria Funasa nº 154/09 e da Portaria nº 628/2008 do Ministério das Cidades. A vigência atual do referido TC/PAC é 15.05.2012.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Acompanhamento sendo efetuado.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	021.178/2011-9	10017/2011 – TCU – 2ª Câmara	-	DE	Ofício 1274/2011 TCU/SECEX-ES, de 17.11.2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo					7478
Descrição da Deliberação:					
Determinar a Superintendência Estadual do Espírito Santo que encaminhe elementos elencados no teor do Ofício, no prazo de 60 dias após o término da vigência dos Termos de Compromisso nº 0061/2007 e 0293/2007, firmados com o município de Guaçuí/ES.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Convênios – Secon e Divisão de Engenharia de Saúde Pública - Diesp					-
Síntese da providência adotada:					
Tendo em vista que as vigências atuais dos TC/PAC 0061/2007 e 0293/2007 foram prorrogadas para 30.06.2012, é necessário aguardar o término das mesmas.					
Síntese dos resultados obtidos					
No aguardo do término das vigências.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
No aguardo do término das vigências. Informado por meio do Ofício nº 905/Secon/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 30.12.2011.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 022.167/2010-2	217/2011-TCU		Comunicado	26959-TCU/SEFIP
02	TC 007.747/2011-0	2472/2011-TCU		-	30818-TCU/SEFIP
03	TC 011.370/2011-4	3580/2011-TCU		-	34293-TCU/SEFIP
04	TC 011.536/2011-0	5779/2011-TCU		-	33498-TCU/SEFIP
05	TC 010.975/2011-0	3798/2011-TCU		-	34504-TCU/SEFIP
06	TC 020.620/2011-0	7562/2011-TCU		-	37385-TCU/SEFIP
07	TC 022.682/2011-2	6533/2011-TCU		-	37651-TCU/SEFIP
08	TC 022.907/2011-4	7957/2011-TCU		-	38927-TCU/SEFIP
09	TC 022.908/2011-0	6250/2011-TCU		-	37849-TCU/SEFIP
10	TC 022.906/2011-8	6541/2011-TCU		-	37848-TCU/SEFIP



11	TC 023.144/2011-4	7961/2011-TCU		-	38935-TCU/SEFIP
12	TC 027.612/2011-2	9126/2011-TCU		-	41735-TCU/SEFIP
13	TC 026.765/2011-0	7050/2011-TCU		-	39675-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDENCIA DA FUNASA NO ESPIRITO SANTO					7478
Descrição da Deliberação:					
Julgamentos de atos de Aposentadoria e Pensão pela Legalidade					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS – SEREH (SOCAD)					038905
Síntese da providência adotada:					
Informado no sistema Siapecad ato legal julgamento de aposentadoria , com cópia do acórdão no processo e assentamentos funcionais, emissão de Título de Inatividade					
Síntese dos resultados obtidos					
Aposentadoria e Pensão devidamente julgada e registrada					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Ato de Julgamento de Pensão: Positivo juntado cópia ao processo de pensão e assentamentos funcionais do instituidor.					
Negativo: Não informado no Siapecad pela INEXISTENCIA de campo específico para lançamento.					

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Obs.: “NÃO HOUVE DELIBERAÇÕES PENDENTES NO EXERCÍCIO”.



15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 001 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Ressarcir ao erário os valores da vantagem prevista no artigo 184, inciso II, da Lei nº 1.711/1952 pagos indevidamente aos interessados identificados, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observada a prescrição quinquenal.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
A inconsistência foi retificada na FOLHA DE PAGAMENTO do mês de MARÇO/2010, com posterior instauração dos procedimentos inerentes à reposição ao erário dos valores recebidos indevidamente a esse título, nos termos do §1º, art. 46, da LEI nº 8.112/90, observando, ainda, o contraditório e a ampla defesa preconizados pela LEI nº 9.784/99.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Os descontos já foram efetuados nas FOLHAS DE PAGAMENTO dos envolvidos, salvo na do servidor inativo matrícula siape nº 493197, em virtude de medida cautelar concedida nos autos da Ação nº 2010.50.50.005373-0.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 002 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Corrigir o pagamento das pensões identificadas, após a comunicação desta impropriedade aos pensionistas dos instituidores de pensão mencionados com a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			



Após o cálculo oriundo da correção nos valores das pensões, as beneficiárias foram devidamente comunicadas das reduções, com a observância do contraditório e da ampla defesa, conforme se depreende das Cartas nº 197 a 240 /Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 27.05.2010.

Síntese dos resultados obtidos

Situação em março de 2011: Atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 002 Recomendação 002	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos pensionistas dos instituidores identificados para fim de ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observada a prescrição quinquenal.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Depois da apuração dos valores pagos indevidamente a esse título, foram instaurados os procedimentos inerentes à reposição ao erário daquelas quantias, nos termos do §1º, art. 46, da Lei nº 8.112/90.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Os descontos estão sendo efetuados nas FOLHAS DE PAGAMENTO dos envolvidos, condicionados à observância dos prazos de recurso e demais alternativas de defesa garantidas por lei, inclusive judiciais.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 002 Recomendação 003	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Abster-se de estender reajustes de remuneração e vantagens concedidos aos servidores ativos aos pensionistas dos instituidores de pensão cujos benefícios são regidos pela Lei nº 10.887/2004, por contrariar o artigo 15 dessa mesma lei, com a redação da Lei nº 11.784/2008.			



Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos	038905
Síntese da providência adotada:	
Além da revisão geral realizada para detectar situações análogas, os contextos supervenientes estão sendo apreciadas em consonância com a recomendação sob enfoque.	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação em março de 2011: Atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 003 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Revisar as aposentadorias dos interessados para enquadrá-las no artigo 40, ÷ 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, na vigência da Lei nº 10.887/2004, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 41/2003, após a comunicação do fato aos interessados com a concessão prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório. Em consequência, recalculer os proventos dos interessados segundo a média aritmética prevista no artigo 1º da Lei nº 10.887/2004.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
A recomendação em tela foi observada conforme descrito.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 003 Recomendação 002	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478



Descrição da Recomendação:	
Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados nos termos do artigo 46 da Lei nº 10.887/2004, observando a prescrição quinquenal.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos	038905
Síntese da providência adotada:	
A recomendação em tela foi observada conforme descrito.	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação em março de 2011: Atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 004 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados por meio da rubrica SIAPE nº 82601 VPNI-IRRED.REM.ART.37- XV CF para fim de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Depois da apuração dos valores pagos indevidamente a esse título, foram instaurados os procedimentos inerentes à reposição ao erário daquelas quantias, nos termos do §1º, art. 46, da LEI nº 8.112/90, conforme se depreende, também, das CARTAS nº 451 e 452/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 16.08.2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 004 Recomendação 002	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.



Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo		7478
Descrição da Recomendação:		
Absorver o valor da rubrica SIAPE 82601 VPNI-IRRED.REM.ART.37-XV CF na mesma proporção dos aumentos de proventos dos interessados de matr. SIAPE nº 0500538 e de nº 0499780, em conformidade com o princípio da irredutibilidade de proventos.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos		038905
Síntese da providência adotada:		
A recomendação em evidência será observada nos contextos supervenientes, condicionado ao aumento dos proventos.		
Síntese dos resultados obtidos		
Situação em março de 2011: Atendida.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 005 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Formalizar, de imediato, processos administrativos visando informar a presente constatação a todos os servidores, aposentados e pensionistas de instituidores de pensão identificados, para impossibilitar que esses interessados aleguem na Justiça Federal a decadência do direito da União de rever seus atos, com fundamento no artigo 54 da Lei nº 9.784/99, e para possibilitar maior efetividade do julgamento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
A rubrica 00175 foi excluída na FOLHA DE PAGAMENTO do mês de AGOSTO/2010, tendo em vista o PROCESSO nº 25150.00.852/2010-46.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde	2207



Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 005 Recomendação 002	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Excluir as rubricas SIAPE nº 00243 - GRAT.LEI 8460/92 ART.7 - AT, nº 00604 - VANTAGEM INDIV.ART 9 L 8460/92, nº 00175 - VANT.PES.ART 13 LEI 8216 APOS. e nº 00641- VANTAGEM PES ART 13 L 8216/92 da ficha financeira dos integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, após a comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
A rubrica 00243 subsiste em virtude das justificativas apresentadas no teor do Ofício nº 158/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.04.2010, reiterado pelo Ofício nº 268/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.06.2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Atendida Parcialmente.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 005 Recomendação 003	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Corrigir o valor da rubrica SIAPE nº 82490 - VPNI - ÷1º ART.147, LEI 11355/2006 paga aos servidores de matr. SIAPE nº 0468062 e nº 0471244, após comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seu direito à ampla defesa e ao contraditório.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
As rubricas antes citadas subsistem em virtude das justificativas apresentadas no teor do Ofício nº 158/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.04.2010, reiterado pelo Ofício nº 268/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.06.2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Não Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			



Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 005 Recomendação 004	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Não se aplica.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Não Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 005 Recomendação 005	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Abster-se de pagar a Gratificação prevista no artigo 7º da Lei nº 8.460/1992 (rubrica SIAPE nº 00243), a Diferença de vencimentos prevista no artigo 17 da Lei nº 9.624/1998 (rubrica SIAPE nº 00464), a Vantagem Individual prevista no artigo 9º da Lei nº 8.460/1992 (rubrica SIAPE nº 00604) e a Vantagem Pessoal prevista no artigo 13 da Lei nº 8.216/1991 (rubricas SIAPE nº 00175 e 00641) a servidores, aposentados e pensionistas de instituidores integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, por contrariar o artigo 144 da Lei nº 11.355/2006.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Os contextos supervenientes estão sendo apreciadas em consonância com a recomendação sob enfoque.			



Síntese dos resultados obtidos
Situação em março de 2011: Atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 006 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Formalizar, de imediato, processos administrativos visando informar a presente constatação a todos os servidores, aposentados e pensionistas de instituidores de pensão identificados, para impossibilitar que esses interessados aleguem na Justiça Federal a decadência do direito da União de rever seus atos, com fundamento no artigo 54 da Lei nº 9.784/99, e para possibilitar maior efetividade do julgamento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Diante do posicionamento da COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS vislumbrado no âmbito do item 5 do MEMORANDO CIRCULAR nº 09/Cgerh/Deadm, de 08.02.2011, protocolo nº 25100.002.757/2011-00, o SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS desta SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL da FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE no Estado do ESPÍRITO SANTO instaurou o PROCESSO nº 25150.000.892/2011-17 e irá promover a notificação dos envolvidos a respeito da exclusão das rubricas 82162 e 82164, relativas à GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Em andamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 006 Recomendação 002	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Excluir as rubricas SIAPE nº 82162 - VPNI ART.7 UNICO L.10483/02 e 82163 - VPNI ART.7 UNIC L.10483/02AP da ficha financeira dos integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, após			



comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos	038905
Síntese da providência adotada:	
Os trâmites serão iniciados depois de adotada a providência relatada na recomendação nº 001.	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação em março de 2011: Não atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 006 Recomendação 003	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Corrigir o valor da rubrica SIAPE nº 82490 - VPNI - ÷1º ART.147, LEI 11355/2006 paga aos servidores de matr. SIAPE nº 0468062 e nº 0471244, após comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seu direito à ampla defesa e ao contraditório.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Repetição indevida do item 5.d.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Não se aplica.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 006 Recomendação 004	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478



Descrição da Recomendação:	
Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados para fim de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos	038905
Síntese da providência adotada:	
Repetição indevida do item 5.e.	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação em março de 2011: Não se aplica.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 006 Recomendação 005	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Abster-se de pagar a VPNI prevista no artigo 7º, parágrafo único, da Lei nº 10.483/2002 (rubricas SIAPE nº 82162 e 82163) a servidores, aposentados e pensionistas de instituidores integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, por contrariar o artigo 144 da Lei nº 11.355/2006.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Os contextos supervenientes estão sendo apreciadas em consonância com a recomendação sob enfoque.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 007 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG



Superintendência Estadual do Espírito Santo	7478
Descrição da Recomendação:	
Corrigir o pagamento da gratificação de raios-x ao pensionista do instituidor de pensão de matr. SIAPE nº 0493718, nos termos da Lei nº 8.270/1991, artigo 12, ÷ 2º, e da reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão TCU nº 5.566/2009 - 1ª Câmara, após a comunicação da impropriedade ao interessado com a concessão do prazo legal para que ele exerça seu direito à ampla- defesa e ao contraditório.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos	038905
Síntese da providência adotada:	
Considerando que essa situação não foi avaliada em tempo oportuno, por um lapso, tal ato será empreendido com a apreciação do processo de aposentadoria e de pensão.	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação em março de 2011: Em andamento.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 007 Recomendação 002	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente ao interessado para fim de ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Considerando que essa situação não foi avaliada em tempo oportuno, por um lapso, tal ato será empreendido com a apreciação do processo de aposentadoria e de pensão.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Em andamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida



21	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 007 Recomendação 003	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Abster-se de realizar pagamentos da gratificação de raios-x em valores superiores a 10% do vencimento ou provento básico de servidores, aposentados ou instituidores de pensão, em obediência ao artigo 12, $\div \div$ 2º e 3º, da Lei nº 8.270/1991.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Os contextos supervenientes estão sendo apreciadas em consonância com a recomendação sob enfoque.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 008 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Formalizar, de imediato, processos administrativos visando informar a presente constatação a todos os servidores, aposentados e pensionistas de instituidores de pensão identificados para suspender o prazo decadencial previsto no Decreto nº 20.910/1932 e para possibilitar maior efetividade do julgamento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
A conjuntura antes citadas subsiste em virtude das justificativas apresentadas no teor do OFÍCIO nº 158/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.04.2010, reiterado pelo OFÍCIO nº 268/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.06.2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não se aplica. Situação em março de 2011: Não atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG



Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 008 Recomendação 002	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Corrigir o pagamento das vantagens judiciais relativas a planos econômicos segundo as orientações da SRH/MP, contidas no Ofício- circular nº 14/2007 - SRH/MP e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 2.161/2005 - Plenário e nº 2.056/2010 - 2ª Câmara, após a comunicação da impropriedade aos interessados com a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
A conjuntura antes citadas subsiste em virtude das justificativas apresentadas no teor do OFÍCIO nº 158/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.04.2010, reiterado pelo OFÍCIO nº 268/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.06.2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não se aplica. Situação em março de 2011: Não atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 008 Recomendação 003	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observada a prescrição quinquenal.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
A conjuntura antes citadas subsiste em virtude das justificativas apresentadas no teor do OFÍCIO nº 158/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.04.2010, reiterado pelo OFÍCIO nº 268/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.06.2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não se aplica. Situação em março de 2011: Não atendida.			



Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 008 Recomendação 004	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Adotar o procedimento de absorver os valores das vantagens judiciais decorrentes de planos econômicos, sempre que forem estabelecidas novas tabelas de vencimentos básicos para os beneficiários dessas vantagens, decorrentes de aumentos não lineares ou de estruturações, reestruturações ou reorganizações de carreira, em obediência à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos 531/2007 - 2ª Câmara a 535/2007 - 2ª Câmara, 2.161/2005 - Plenário e nº 3.533/2006 - 2ª Câmara. Esse procedimento deve ser adotado até a absorção completa das vantagens.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
A conjuntura antes citadas subsiste em virtude das justificativas apresentadas no teor do Ofício nº 158/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.04.2010, reiterado pelo Ofício nº 268/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.06.2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não se aplica. Situação em março de 2011: Não atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 009 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Excluir a rubrica SIAPE nº 82490 - VPNI- ÷ 1º ART.147, LEI 11355/2006 da ficha financeira dos servidores de matr. SIAPE nº 0472463, 0520127 e 6479736, após comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seu direito à ampla defesa e ao contraditório.			
Providências Adotadas			



Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos	038905
Síntese da providência adotada:	
Diante do posicionamento da COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS vislumbrado no âmbito do MEMORANDO CIRCULAR nº 22/Cgerh/Deadm/Funasa, de 25.03.2011, protocolo nº 25100.006.317/2011-13, o SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS desta SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL da FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE no Estado do ESPÍRITO SANTO irá promover a notificação dos envolvidos a respeito da exclusão das rubricas 82490, relativas à DIFERENÇA DE VENCIMENTOS.	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação em março de 2011: Em andamento.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 009 Recomendação 002	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados por meio das rubricas SIAPE nº 00490 DIF VENC. ART. 7 L 8270/91, nº 00492 GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/92 e nº 82490 - VPNI- ÷ 1º ART.147, LEI 11355/2006 para fim de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990,observada a prescrição quinquenal.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Os trâmites serão iniciados depois de adotada a providência relatada na recomendação nº 001.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Em andamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 009 Recomendação 003	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG



Superintendência Estadual do Espírito Santo	7478
Descrição da Recomendação:	
Abster-se de pagar vantagem pecuniária decorrente da aplicação do percentual de 160%, relativo à Gratificação de Atividade Executiva - GAE, sobre a Diferença de Vencimentos prevista no artigo 7º da Lei nº 8.270/1991 (rubrica SIAPE nº 00492 GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/92), por contrariar reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 4.101/2008 - 1ª Câmara.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos	038905
Síntese da providência adotada:	
Os contextos supervenientes estão sendo apreciadas em consonância com a recomendação sob enfoque.	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação em março de 2011: Atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 009 Recomendação 004	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Abster-se de pagar a Diferença de Vencimentos prevista no artigo 7º da Lei nº 8.270/1991 (rubrica SIAPE 00490) a servidores, aposentados e pensionistas de instituidores integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, por contrariar o artigo 144 da Lei nº 11.355/2006.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Os contextos supervenientes estão sendo apreciadas em consonância com a recomendação sob enfoque.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida



30	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 010 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Realizar o pagamento de auxílio-transporte para custeio de deslocamentos intermunicipais e interestaduais em ônibus rodoviários apenas contra apresentação do quantitativo de bilhetes de passagens utilizados no mês anterior, em obediência à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 2.211/2005 - Plenário, e à orientação da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contida em Despacho no processo nº 04500.001206/2008-32.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Os servidores envolvidos no contexto foram notificados dessa circunstância por meio da CARTA CIRCULAR nº 005/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 20.05.2010. Não obstante, é importante assinalar que a maioria dos interessados foram redistribuídos ex-offício para o NÚCLEO ESTADUAL do MINISTÉRIO DA SAÚDE no Estado do ESPÍRITO SANTO através da PORTARIA nº 1.659, de 29.06.2010, publicada no DIÁRIO OFICIAL DE UNIÃO nº 125, de 02.07.2010, seção 02, pg.51, e da PORTARIA nº 2.742, de 13.09.2010, publicada no DIÁRIO OFICIAL DE UNIÃO nº 176, de 14.09.2010, seção 02, pg.35, motivo pelo qual esta FUNDAÇÃO não tem autonomia para conceder referido benefício, nem sequer aplicar tal recomendação naqueles casos. Além disso, a ORIENTAÇÃO NORMATIVA nº 3, de 15.03.2011, expedida pela SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS do MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, E GESTÃO, vedou o pagamento de auxílio transporte quando se utiliza serviço de transporte regular rodoviário seletivo ou especial no deslocamento residência/trabalho/residência.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
31	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 010 Recomendação 002	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Manter os bilhetes de passagens arquivados e em bom estado de conservação pelo prazo mínimo estabelecido no artigo 211, ÷ 2º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, ou seja, de 5 (cinco) anos após a publicação do ato de julgamento pelo Tribunal das contas da Unidade do exercício no qual os bilhetes de passagem foram utilizados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Tal recomendação remanesceu prejudicada, pois a ORIENTAÇÃO NORMATIVA nº 3, de 15.03.2011, expedida pela SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS do MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, E GESTÃO, vedou o			



pagamento de auxílio transporte quando se utiliza serviço de transporte regular rodoviário seletivo ou especial no deslocamento residência/trabalho/residência.

Síntese dos resultados obtidos

Situação em março de 2011: Atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
32	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 020 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Considerando que o contrato 07/2009 encontra-se com a vigência expirada, recomendamos, nas próximas contratações, observar o art. 24, V da Lei 8.666/93, no sentido de que sejam mantidas todas as condições preestabelecidas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Assessoria de Saúde Indígena			-
Síntese da providência adotada:			
A partir do exercício de 2010 não houve mais restrição no processo licitatório (preferência a fornecedores domiciliados no município de Aracruz-ES), conforme consta no item 3.2.1 do Termo de Referência do Edital nº 004/2010. O Contrato nº 05/2010 para fornecimento de medicamentos foi firmado conforme condições preestabelecidas no edital, relativo ao Processo 25150.012.225/09-62, atendendo o normativo legal.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 020 Recomendação 002	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Avaliar e demonstrar no processo licitatório a real necessidade de se manter no Termo de Referência, que compõe o Contrato, a cláusula de que o licitante vencedor deverá ser domiciliado no município de Aracruz/ES, tendo em vista que o prazo de 12(doze) horas para entrega dos medicamentos atende à FUNASA/ES.			



Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Assessoria de Saúde Indígena	-
Síntese da providência adotada:	
Foi suprimida a solicitação de domicílio do licitante em Aracruz-ES, adequando e estabelecido prazo de atendimento, inclusive no processo para 2011 (25150.005.374/10-17).	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação em março de 2011: Atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
34	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 021 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Proceder à compra de medicamento manipulado apenas com previsão contratual expressa, bem como avaliar a conveniência e oportunidade, nos termos do princípio da economicidade, da "ADJUDICAÇÃO do OBJETO por ITEM" conforme preceitua a Nota Técnica PGF/PF/FUNASA nº 04/2009, possibilitando, dessa forma, a contratação de mais de uma empresa para fornecimento dos medicamentos pretendidos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Assessoria de Saúde Indígena			-
Síntese da providência adotada:			
No Processo nº 25150.005.374/2010-17, para atender a demanda de medicamentos para o presente exercício, foi incluído item específico para medicamento manipulado.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
35	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 022 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478



Descrição da Recomendação:	
Abster-se de realizar despesa sem respaldo contratual, tendo em vista o desatendimento ao art. 60, parágrafo único da lei 8.666/93.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Assessoria de Saúde Indígena	-
Síntese da providência adotada:	
No segundo semestre do exercício de 2009, depois de superado diversos entraves de ordens administrativas e jurídicas, foi formalizado o CONTRATO de nº 007/2009 através do PROCESSO nº 25150.000.520/9-76, regularizando a aquisição de medicamentos naquele exercício. Já no exercício de 2010, apesar do processo licitatório iniciar-se no exercício anterior, a licitação (pregão nº 08) para fornecimento de medicamentos foi deserta por duas vezes. Porém, utilizando outro embasamento legal da 8.666/93, (Inc.V, art.24), foi possível formalizar o Contrato nº 005/2010, através do Processo 25150.012.225/09-62, atendendo o normativo legal. Para o exercício de 2011, o processo licitatório iniciado no exercício anterior foi concluído com êxito (processo 25150.005.374/10-17), Pregão nº 30/20, e formalização contratual através da Ata de Registro de Preços nº 001/2011, atendendo o normativo legal.	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação em março de 2011: Atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
36	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 023 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Realizar cotação de preços anterior à aquisição de medicamentos para indígenas de forma a abranger o mercado que atenda à necessidade da CORE/ES e que a pesquisa tenha a maior abrangência possível, atendendo ao princípio da economicidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Assessoria de Saúde Indígena			-
Síntese da providência adotada:			
O processo 25150.012.225/09-62 foi precedido de cotação prévia, conforme folhas 263, 292 e 293, a título de pesquisa de preço/percentual de desconto. Também no processo 25150.0065.374/10-17, pesquisa conforme folhas 10,11, 12, 13 e 17, atendendo a recomendação de Auditoria e da PGF.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			



Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
37	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 024 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Evidenciar, nas ordens de fornecimento de medicamentos, o que vai ser fornecido, quanto vai ser fornecido e a quem a CORE/ES vai autorizar o fornecimento, estabelecendo desta forma um controle eficaz de fornecimento de medicamentos a indígenas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Assessoria de Saúde Indígena			-
Síntese da providência adotada:			
Através dos Termos de Referências, quando da sua confecção, foi elaborado novo modelo de Autorização de fornecimento de medicamentos, de forma que permite um maior controle no atendimento das demandas de medicamentos a pacientes indígenas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
38	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 025 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Reiteramos a recomendação constante do item 3.1.1.1 do Anexo I ao Relatório de Gestão 2009 - RA224401 e recomendamos à unidade observar o prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de pronunciar-se sobre a aprovação ou não das prestações de contas apresentadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Convênios			-
Síntese da providência adotada:			
Foi encaminhado o MEMORANDO CIRCULAR nº 004/Gab-Coordenador/Core-ES, de 19.04.2010, acompanhado da relação dos CONVÊNIOS enquadrados na condição contraditória ao que estabelece o artigo 31 da INSTRUÇÃO NORMATIVA STN nº 01/97, determinando, além disso, a notificação formal do conveniente e a correspondente instauração de TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE – na hipótese do prazo expirar sem que o município sane as pendências.			



Síntese dos resultados obtidos
Situação em março de 2011: Atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
39	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 026 Recomendação 001	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Considerando as inúmeras prorrogações, concluir a TCE até 31/12/2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Convênios			-
Síntese da providência adotada:			
A Tomada de Contas Especial está em fase de conclusão.			
Síntese dos resultados obtidos			
Situação em março de 2011: Em andamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
40	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 026 Recomendação 002	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Negociar a conclusão dos objetos dos convênios anteriormente à Tomada de Contas especial, atentando-se para os prazos previstos na IN - TCU Nº 56, de 5 DEZEMBRO de 2007 e para a definição de TCE contida na mesma IN, bem como na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n.º 127/2008.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Convênios			-
Síntese da providência adotada:			
Os contextos supervenientes estão sendo apreciados em consonância com a recomendação sob enfoque.			



Síntese dos resultados obtidos
Situação em março de 2011: Atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Análise crítica:

A defasagem no quantitativo de pessoal diante da excessiva carga de trabalho prejudica o desenvolvimento tempestivo dos mesmos.

O entendimento de algumas questões inerentes ao Recursos Humanos não estavam pacificadas no âmbito da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, motivo pelo qual foi necessário submeter às instâncias superiores. Além disso, muitos casos foram objetos de demandas judiciais, sobrestando as providências determinadas pela CGU.

As Recomendações antes relacionadas foram conhecidas e as respostas fornecidas por meio do Ofício nº 199/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 14.04.2011.

Em 21.11.2011 foi recebido Ofício nº 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, relativo às Recomendações constantes do Plano de Providências Permanente – PPP, referente à Auditoria de Gestão 244109 – Exercício de 2009, que, após análise efetuada por aquele Órgão, reiterou pela não implementação plena de algumas recomendações.

O atendimento ao Ofício nº 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR foi efetuado por meio do Ofício nº 888/2011/Gab-Superintendente, de 08.12.2011 e pelo Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RA 244109 – PPP	Constatação 001 Recomendação 001	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Ressarcir ao erário os valores da vantagem prevista no artigo 184, inciso II, da lei nº 1.711/1952, pagos indevidamente aos interessados identificados, nos termos do artigo 46, da Lei nº 8.112/1990, observando a prescrição quinzenal. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Conforme planilha abaixo, segue a situação de cada matrícula apontada no relatório:			



Siape	Nome	mês/lançamento	Motivo
484373	Jairo Alves pedrosa	Sem lançamento	Apresentou recurso
499688	Tecly Cintra	Sem lançamento	Apresentou recurso
493586	Antonio Valdevino Alves	Nov/10	Desc. nas matrículas siape 2822555, 2870801 e 2874148
499718	Gilberto Nascimento	Nov/10	Desc. matrícula siape 4236629
493689	José Bazilio Lopes	Nov/11	Desc. matrícula siape 4824873

Síntese dos resultados obtidos

Atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde	2207

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	RA 244109 – PPP	Constatação 002 Recomendação 002	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo	7478

Descrição da Recomendação:

Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos pensionistas dos instituidores identificados para fim de ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observada a prescrição quinquenal. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos	038905

Síntese da providência adotada:

Foram todas regularizadas, inclusive, com a devida reposição. Porém, as beneficiárias que apresentaram recurso administrativo/judicial, estamos aguardando a conclusão do processo, em respeito aos princípios do contraditório e ampla defesa, conforme abaixo demonstrado:

Siape	Nome	Mês/Lançamento	Motivo
493562	Antonio José de Freitas		Apresentou recurso
493377	Manoel Barbosa Filho		Apresentou recurso
484373	Jairo Alves pedrosa		Apresentou recurso
493383	João de Deus Moraes		Apresentou recurso
499688	Tecly Cintra		Apresentou recurso
493456	Roque Gastaldi		Compensado em precatório
493312	Dório Gama Durão	Nov/10	
493505	Eliane Mito Pereira	Nov/10	
505095	Francisco Manoel de Faria	Nov/10	
493213	Gilceu da Silva Souza	Nov/10	
493452	Manoel Oliveira	Nov/10	



470679	Roberto Sodré Cassani	Nov/10		
493736	Antonio Pinto Porto	Nov/11		
493548	Bartholomeu Klein	Nov/11		
493496	David da Silva Gomes	Nov/11		
493553	Fanoel Lelles Campos	Nov/11		
499692	Jaime pereira Fraga	Nov/11		
493689	José Bazilio Lopes	Nov/11		
499622	José Carlos de Almeida	Nov/11		
493615	José de Azeredo	Nov/11		
493320	José Martins de Queiroz	Nov/11		
499666	Liberalino Veiria da Silva	Nov/11		
234692	Omario Rufino Vieira	Nov/11		
493198	Genair Manoel de Souza	Ação 000036-34.2011.4.02.5054	Parecer força executória	
493419	Jovercino Antonio de Oliveira	Ação 0006064-64.2010.4.02.5050	Parecer força executória	
493551	Francisco de Assis P. Machado		Não gerou reposição ao erário	
501179	Jackson Cosme Pereira		Não gerou reposição ao erário	
499778	Nicanor Nascimento		Não gerou reposição ao erário	
499830	Mozart Pompermair Alves		Não gerou reposição ao erário	
493677	Flaudemir Jose P de Souza		Não gerou reposição ao erário	
499677	Pedro Rocha		Não gerou reposição ao erário	

Síntese dos resultados obtidos

Atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:

Fundação Nacional de Saúde

Código SIORG

2207

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	RA 244109 – PPP	Constatação 004 Recomendação 001	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.

Órgão/entidade objeto da recomendação

Superintendência Estadual do Espírito Santo

Código SIORG

7478

Descrição da Recomendação:

Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados por meio da rubrica SIAPE nº 82601 VPNI-IRRED.REM.ART.37- XV CF para fim de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.

(Reitera pela não implementação plena da recomendação)

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Serviço de Recursos Humanos

Código SIORG

038905

Síntese da providência adotada:

O servidor Joaquim Sales de Carvalho – SIAPE 483054 foi transferido para FUNASA-MG e o processo de



reposição ao erário seguiu juntamente com seus assentamentos funcionais. Os demais foram regularizados e restituídos ao erário conforme anteriormente informado.

Síntese dos resultados obtidos

Atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	RA 244109 – PPP	Constatação 005 Recomendação 001	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Formalizar, de imediato, processos administrativos visando informar a presente constatação a todos os servidores, aposentados e pensionistas de instituidores de pensão identificados, para impossibilitar que esses interessados aleguem na Justiça Federal a decadência do direito da União de rever seus atos, com fundamento no artigo 54 da Lei nº 9.784/99, e para possibilitar maior efetividade do julgamento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Rubrica 175: Foram excluídos em agosto/2010 e em dezembro/11, iniciamos a abertura individual de processos de reposição ao erário para cada aposentado e/ou pensionista para que possam apresentar defesa e/ou a proposta de desconto da dívida, em respeito aos princípios do contraditório e ampla defesa, conforme relação dos processos abaixo:			
NOME	PROCESSO	MEMORANDO	
Abel Bezerra	25150.014.635/2011-62	137	
Adelino Rodrigues	25150.014.636/2011-15	138	
Adolfo Gabrechi	25150.014.637/2011-51	139	
Alcy Ramos Pinto	25150.014.638/2011-04	140	
Alfredo Felix	25150.014.639/2011-41	141	
Alvim Bermudes Rocha	25150.014.640/2011-75	142	
Alvino dos Passos Loureiro	25150.014.641/2011-10	143	
Amarolino da Penha Maia	25150.014652/2011-08	144	
Anibal Dias Viana	25150.014.653/2011-44	145	
Antenor Rodrigues	25150.014.654/2011-99	146	
Antonio José da Costa	25150.014.655/2011-33	147	
Antonio Martins dos Santos	25150.014.656/2011-88	148	
Aristίδes Souza do Nascimento	25150.014.657/2011-22	149	



Arnaldo dos Santos Filho	25150.014.658/2011-77	150
Arnor Felix	25150.014.673/2011-15	151
Augusto Vicente do Nascimento	25150.014.676/2011-59	152
Azicar Gonçalves Sarmento	25150.014.678/2011-48	153
Benedicto Monteiro	25150.014.681/2011-61	154
Capitulino Graça	25150.014.684/2011-03	155
Carlos Gomes da Rocha	25150.014.692/2011-41	156
Ciro Gregório	25150.014.672/2011-71	157
Clidoclo Rodrigues Bulhões	25150.014.674/2011-60	158
Dalmes Cardoso Binotte Rangel	25150.014.675/2011-12	159
Djalma Banhos	25150.014.677/2011-01	160
Djalma Simões de Oliveira	25150.014.679/2011-92	161
Dalmes Cardoso Binotte Rangel	25150.014.675/2011-12	159
Dormiro Gonçalves Pereira	25150.014.680/2011-17	162
Eduardo Correa de Lira	25150.014.682/2011-14	163
Eldo Guimarães dos Santos	25150.014.683/2011-51	164
Erothildes Ferreira	25150.014.777/2011-20	165
Francisco do Nascimento	25150.014.778/2011-74	166
Francisco Rufino dos Santos	25150.014.780/2011-43	167
Genesio Rodrigues Martins	25150.014.793/2011-12	168
Gilberto Nascimento	25150.015.157/2011-16	203
Gildo Muniz	25150.014.794/2011-67	169
Hamilton Machado de Carvalho	25150.014.819/2011-22	170
Hermínio Brandão	25150.014.821/2011-00	171
Jacy Ribeiro de Souza Aguiar	25150.014.823/2011-91	173
Joaquim Bento de Souza	25150.014.825/2011-80	174
Jocely Miranda Filho	25150.014.827/2011-79	175
Jonas Ferreira dos Reis	25150.014.828/2011-13	176
José Azevedo de Carvalho	25150.014.829/2011-68	177
José Effgen	25150.014.830/2011-92	178
José Martins	25150.014.831/2011-37	179
José Rocha de Oliveira	25150.014.852/2011-52	180
José Rodrigues de Carvalho	25150.014.853/2011-05	181
José Silveira	25150.014.854/2011-41	182
Julio Areia	25150.014.855/2011-96	183
Lindamara Teixeira Ribeiro	25150.014.856/2011-31	184
Lizete Conde Dios Cavalcante	25150.014.857/2011-85	185
Luiz Sales Borges	25150.014.858/2011-20	186
Manoel Andrade da Silva	20150.014.859/2011-74	187
Manoel Francisco Pereira Pinto	25150.014.912/2011-37	188
Margino Monteiro Lima	25150.014.914/2011-26	190
Mário Rodrigues Menezes	25150.014.915/2011-71	191
Nestor Pereira das Neves	25150.014.916/2011-15	192
Nicanor Nascimento	25150.014.917/2011-60	193



Orlando Rosário	25150.015.092/2011-09	194
Ozório Napoleão Bonaparte de Ilma	25150.015.093/2011-45	196
Pedro Rocha	20150.015.095/2011-34	197
Sebastião Correa de Moraes	25150.015.097/2011-23	198
Sebastião Nascimento	25.150.015.098/2011-78	199
Severino Francisco de Andrade	25150.015.152/2011-85	200
Vital Carminati	25150.015.153/2011-20	201
Waldemiro Moreira	25150.015.155/2011-19	202

Síntese dos resultados obtidos

Atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	RA 244109 – PPP	Constatação 005 Recomendação 002	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Excluir as rubricas SIAPE nº 00243 - GRAT.LEI 8460/92 ART.7 - AT, nº 00604 - VANTAGEM INDIV.ART 9 L 8460/92, nº 00175 - VANT.PES.ART 13 LEI 8216 APOS. e nº 00641- VANTAGEM PES ART 13 L 8216/92 da ficha financeira dos integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, após a comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Foi excluída em novembro/2011 em matrícula de Sebastião Serrano Motta – A FUNASA dispensou a reposição ao erário de acordo com instruções contidas no Memorando Circular 23/2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde	2207
Recomendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI	



Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	RA 244109 – PPP	Constatação 005 Recomendação 003	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Corrigir o valor da rubrica SIAPE nº 82490 - VPNI - ÷ 1º ART.147, LEI 11355/2006 paga aos servidores de matr. SIAPE nº 0468062 e nº 0471244, após comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seu direito à ampla defesa e ao contraditório. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
O servidor Siape 468062 – Antonio Sotero Sobrinho através da Ação nº 000.7288.03.2011.4.02.5050 ajuizada no 1º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA / SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, solicitou a continuidade do pagamento da VPNI - § 1º Art.147 da Lei 11355/06 e a não efetivação de desconto a título de ressarcimento ao erário da referida vantagem até que haja o julgamento definitivo. Estamos aguardando decisão para adotar as providências necessárias.			
Síntese dos resultados obtidos			
Estamos aguardando decisão para adotar as providências necessárias.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	RA 244109 – PPP	Constatação 005 Recomendação 004	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Foram excluídas em março/2010, porém alguns servidores apresentaram recurso administrativo e /ou judicial, para os quais aguardamos a conclusão do processo em respeito aos princípios do contraditório e ampla defesa:			
Siape	Nome	Mês/Lançamento	Motivo
493519	Bernadett Maria A Pinto	Não houve	Ação 2010.50.50.005369-9
493199	José Furtado de Souza	Não houve	Ação 2010.50.50.005375-4
470568	José Ribamar da Silva	Não houve	Ação 2010.50.50.006022-9



	(falecido)		
493224	Luiz Jose Franzotti	Não houve	25150.0005.388/10-22
493740	Demosthenes Moniz freire Filho	Não houve	Ação 000.5371-80.2010.4.02.5050
470652	Leo Muniz de S Lima	Não houve	Ação 2010.50.50.005654-8
484538	Epifanio pereira dos Santos	Out/10	
2674882	Jacy Ribeiro de S Aguiar	Dez/2011***	Incluído na matr. beneficiária 2674882
493714	Jose Tasso Aires de Alencar	Dez/11	
493567	Osvaldo Aires de Alencar	Dez/11	
523511	Paulo Argolo da C Rios	Dez/11	
493194	Lenize Maria Pretti de Oliveira	Nov/11	
	Faltam		
469957	Dulcimar N G de Macedo	Não houve.	Notificação feita a terceiros. Estamos promovendo a notificação pessoal para garantir o contraditório e ampla defesa no processo administrativo de reposição ao erário.
521358	Hamilton Machado de carvalho		
499782	Hermínio Brandão		
479301	Marinalva Gomes da Rocha		
493349	Nilsan Pavan		
522730	Roberto Monteiro da Silva		

Síntese dos resultados obtidos

Atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	RA 244109 – PPP	Constatação 005 Recomendação 005	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
<p>Abster-se de pagar a Gratificação prevista no artigo 7º da Lei nº 8.460/1992 (rubrica SIAPE nº 00243), a Diferença de vencimentos prevista no artigo 17 da Lei nº 9.624/1998 (rubrica SIAPE nº 00464), a Vantagem Individual prevista no artigo 9º da Lei nº 8.460/1992 (rubrica SIAPE nº 00604) e a Vantagem Pessoal prevista no artigo 13 da Lei nº 8.216/1991 (rubricas SIAPE nº 00175 e 00641) a servidores, aposentados e pensionistas de instituidores integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, por contrariar o artigo 144 da Lei nº 11.355/2006.</p> <p>(Reitera pela não implementação plena da recomendação)</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			



Excluída em dez/2011 – Foi aberto o processo administrativo 25150.015.016/11-95 de reposição ao erário em nome da Beneficiária de Pensão JOSETE MARIA COELHO DE LIMA, Siape 1216236 do instituidor ARAMIS BARROSO DE LIMA – Siape 1024871, para se adotar os trâmites normais de reposição ao erário, em respeito aos princípios do contraditório e ampla defesa.

Síntese dos resultados obtidos

Em atendimento.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	RA 244109 – PPP	Constatação 006 Recomendação 001	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Formalizar, de imediato, processos administrativos visando informar a presente constatação a todos os servidores, aposentados e pensionistas de instituidores de pensão identificados, para impossibilitar que esses interessados aleguem na Justiça Federal a decadência do direito da União de rever seus atos, com fundamento no artigo 54 da Lei nº 9.784/99, e para possibilitar maior efetividade do julgamento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Não formalizados. Não foram efetuados os descontos, pois o processo foi submetido à Consulta Junto ao Ministério da Saúde, tendo em vista os servidores que recebem a vantagem da Dedicção Exclusiva, fazem a jornada integral (oito horas).			
Síntese dos resultados obtidos			
Em atendimento pelos motivos expostos acima.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	RA 244109 – PPP	Constatação 006 Recomendação 002	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478



Descrição da Recomendação:	
Excluir as rubricas SIAPE nº 82162 - VPNI ART.7 UNICO L.10483/02 e 82163 - VPNI ART.7 UNIC L.10483/02AP da ficha financeira dos integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, após comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos	038905
Síntese da providência adotada:	
Não foram efetuados os descontos, pois o processo foi submetido à Consulta Junto ao Ministério da Saúde, tendo em vista os servidores que recebem a vantagem da Dedicação Exclusiva, fazem a jornada integral (oito horas).	
Síntese dos resultados obtidos	
Em andamento pelos motivos expostos acima.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	RA 244109 – PPP	Constatação 006 Recomendação 003	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Corrigir o valor da rubrica SIAPE nº 82490 - VPNI - ÷ 1º ART.147, LEI 11355/2006 paga aos servidores de matr. SIAPE nº 0468062 e nº 0471244, após comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seu direito à ampla defesa e ao contraditório. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Não foram efetuados os descontos, pois o processo foi submetido à Consulta Junto ao Ministério da Saúde, tendo em vista os servidores que recebem a vantagem da Dedicação Exclusiva, fazem a jornada integral (oito horas).			
Síntese dos resultados obtidos			
Em atendimento pelos motivos expostos acima.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde	2207
Recomendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI	



Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	RA 244109 – PPP	Constatação 006 Recomendação 004	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados para fim de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Não foram efetuados os descontos, pois o processo foi submetido à Consulta Junto ao Ministério da Saúde, tendo em vista os servidores que recebem a vantagem da Dedicação Exclusiva, fazem a jornada integral (oito horas).			
Síntese dos resultados obtidos			
Em atendimento pelos motivos expostos acima.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	RA 244109 – PPP	Constatação 007 Recomendação 001	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Corrigir o pagamento da gratificação de raios-x ao pensionista do instituidor de pensão de matr. SIAPE nº 0493718, nos termos da Lei nº 8.270/1991, artigo 12, ÷ 2º, e da reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão TCU nº 5.566/2009 - 1ª Câmara, após a comunicação da impropriedade ao interessado com a concessão do prazo legal para que ele exerça seu direito à ampla- defesa e ao contraditório. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Siape 493718 – Jacy Ribeiro de Souza Aguiar – Não foi excluído, tendo em vista o processo já ter sido julgado pelo Tribunal de Contas da União, para fins de registro, pela LEGALIDADE , conforme Acórdão 273/2010 de 02.02.2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não atendido pelos motivos expostos acima.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.			



Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	RA 244109 – PPP	Constatação 007 Recomendação 002	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente ao interessado para fim de ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Tendo em vista que não foi excluído em virtude dos motivos relacionados na Recomendação 001, esta Recomendação não foi atendida.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não atendida pelos motivos expostos acima.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	RA 244109 – PPP	Constatação 008 Recomendação 001	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Formalizar, de imediato, processos administrativos visando informar a presente constatação a todos os servidores, aposentados e pensionistas de instituidores de pensão identificados para suspender o prazo decadencial previsto no Decreto nº 20.910/1932 e para possibilitar maior efetividade do julgamento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
As Unidades Pagadoras não tem competência para alterar valores de quaisquer ações judiciais, pois a inclusão das vantagens é feita através do Sicaj – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, conforme Portaria nº 17 de 6.02.2011, publicada no DOU 44/2001, então é necessário encaminhar ao Ministério do Planejamento e Gestão .			



Síntese dos resultados obtidos
Não atendida pelos motivos expostos acima.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	RA 244109 – PPP	Constatação 008 Recomendação 002	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Corrigir o pagamento das vantagens judiciais relativas a planos econômicos segundo as orientações da SRH/MP, contidas no Ofício- circular nº 14/2007 - SRH/MP e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 2.161/2005 - Plenário e nº 2.056/2010 - 2ª Câmara, após a comunicação da impropriedade aos interessados com a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
As Unidades Pagadoras não tem competência para alterar valores de quaisquer ações judiciais, pois a inclusão das vantagens é feita através do Sicaj – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, conforme Portaria nº 17 de 6.02.2011, publicada no DOU 44/2001, então é necessário encaminhar ao Ministério do Planejamento e Gestão .			
Síntese dos resultados obtidos			
Não atendida pelos motivos expostos acima.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	RA 244109 – PPP	Constatação 008 Recomendação 003	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observada a prescrição quinquenal. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			



Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos	038905
Síntese da providência adotada:	
As Unidades Pagadoras não tem competência para alterar valores de quaisquer ações judiciais, pois a inclusão das vantagens é feita através do Sicaj – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, conforme Portaria nº 17 de 6.02.2011, publicada no DOU 44/2001, então é necessário encaminhar ao Ministério do Planejamento e Gestão .	
Síntese dos resultados obtidos	
Não atendida pelos motivos expostos acima.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	RA 244109 – PPP	Constatação 008 Recomendação 004	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Adotar o procedimento de absorver os valores das vantagens judiciais decorrentes de planos econômicos, sempre que forem estabelecidas novas tabelas de vencimentos básicos para os beneficiários dessas vantagens, decorrentes de aumentos não lineares ou de estruturações, reestruturações ou reorganizações de carreira, em obediência à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos 531/2007 - 2ª Câmara a 535/2007 - 2ª Câmara, 2.161/2005 - Plenário e nº 3.533/2006 - 2ª Câmara. Esse procedimento deve ser adotado até a absorção completa das vantagens. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
As Unidades Pagadoras não tem competência para alterar valores de quaisquer ações judiciais, pois a inclusão das vantagens é feita através do Sicaj – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, conforme Portaria nº 17 de 6.02.2011, publicada no DOU 44/2001, então é necessário encaminhar ao Ministério do Planejamento e Gestão .			
Síntese dos resultados obtidos			
Não atendida pelos motivos expostos acima.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	RA 244109 – PPP	Constatação 009	Ofício 34566/2011 – CGU-



		Recomendação 001	ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Excluir a rubrica SIAPE nº 82490 - VPNI- ÷ 1º ART.147, LEI 11355/2006 da ficha financeira dos servidores de matr. SIAPE nº 0472463, 0520127 e 6479736, após comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seu direito à ampla defesa e ao contraditório. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Não foram excluídas as rubricas, pois os servidores apresentaram recurso administrativo, o que foi submetido à Procuradoria Federal/ES para orientações.			
Siape	Nome	Motivo	
520127	Mario Ojope dos Santos	Recurso	
472463	Geraldo Sales Chã Filho	Recurso	
6479736	Manoel Francisco da S Junior	Redistribuído para o MS	
Síntese dos resultados obtidos			
Não atendida pelos motivos expostos acima.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	RA 244109 – PPP	Constatação 009 Recomendação 002	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados por meio das rubricas SIAPE nº 00490 DIF VENC. ART. 7 L 8270/91, nº 00492 GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/92 e nº 82490 - VPNI- ÷ 1º ART.147, LEI 11355/2006 para fim de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990,observada a prescrição quinquenal. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos			038905
Síntese da providência adotada:			
Não atendida pelos motivos expostos na recomendação 001.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não atendida pelos motivos expostos na recomendação 001.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo			



gestor			
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 529/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	RA 244109 – PPP	Constatação 026 Recomendação 001	Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Considerando as inúmeras prorrogações, concluir a TCE até 31/12/2010. (Reitera pela não implementação plena da recomendação)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Convênios - Secon			-
Síntese da providência adotada:			
A Tomada de Contas Especial do Convênio nº 2023/2001, celebrado com o município de Alegre/ES, foi concluída em 14.10.2011 e submetida à Auditoria em 17.10.2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
TCE concluída no âmbito da Superintendência Estadual da Funasa/ES.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Resposta fornecida por meio do Ofício nº 888/Gab-Superintendente/Suest-ES, de 08.12.2011.			

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RA 244109 (PPP – Monitoramento janeiro/11)	Constatação 022 Recomendação 002	Ofício 3304/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 08.02.2011 e reiterada pelo Ofício 34566/2011 – CGU-ES/CGU-PR, de 21.11.2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual do Espírito Santo			7478
Descrição da Recomendação:			
Cumprir a Orientação Normativa nº 04/AGU, de 1º/04/2009, no sentido de apurar a responsabilidade de quem deu causa às despesas sem cobertura contratual.			



Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	-
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>A Superintendência Estadual se manifestou, por meio do Ofício nº 542/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 06.07.2010, encaminhando o Memorando nº 090/Esai/Core-ES, de 25.07.2010, onde relata que “A Funasa/ES tem envidado esforços para que as aquisições de medicamentos ocorram através de processos licitatórios, porém inúmeras dificuldades vem se apresentando desde a fase de instrução processual até a abertura do edital (pregão eletrônico), seja por falta de experiência dos servidores nesse tipo de objeto (medicamentos), seja pelo rigor da legislação. E, por anos seguidos, quando se consegue disponibilizar as licitações no mercado, essas <u>sempre terminam sem participantes</u>, ou seja, são <u>desertas</u> (os licitantes não se interessam em participar no pregão eletrônico e alegam dificuldades de operar o sistema comprasnet), ressaltamos que não só a Funasa/ES tem encontrado dificuldades em contratar os estabelecimentos farmacêuticos via processo de licitação, das 26 Coordenações Regionais da Funasa a nível nacional, poucas tem obtido sucesso em seus processos, prova é que a Procuradoria Geral Federal – PGF da Presidência da Funasa, expediu a Nota Técnica nº 04/PGF/FUNASA/2009 (ano passado), de forma a flexibilizar e orientar as Coordenações nos processos licitatórios para medicamentos. E mesmo com um novo instrumento legal e orientativo, a Funasa/ES tem se antecipado em seus processos, iniciando sempre no exercício anterior, para que se cumpra a legislação, porém alcançando poucos resultados positivos.”</p> <p>Em relação à Recomendação 002 se pronunciou “que a conduta e ações do responsável pela Atenção à Saúde Indígena, quando autorizava o fornecimento de medicamentos aos pacientes indígenas, se deram para não sofrer o ato de omissão à saúde, e procurando cumprir o papel e missão da Funasa na atenção e assistência aos povos indígenas, diante do clamor dos pacientes e lideranças indígenas, apesar das dificuldades citadas acima. Assim esperamos que a recomendação seja objeto de análise do dirigente do Órgão e que se adote o princípio a razoabilidade e proporcionalidade, no caso em tela, visto que em momento algum houve <u>má fé por parte do servidor ou dano ao erário público</u>.”</p> <p>Além das considerações expostas, é necessário enfatizar que a Suest ES possui um reduzido quadro de servidores, que estão sobrecarregados com suas atividades, motivo pelo qual, em 2011, não foi iniciada a abertura do procedimento para apuração de responsabilidade, o que será providenciado no exercício de 2012.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Quantitativo reduzido de servidores aptos para desenvolverem o procedimento antes mencionado.	

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	

Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

As informações estão consolidadas no Relatório de Gestão da Presidência da Funasa.

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

As informações estão consolidadas no Relatório de Gestão da Presidência da Funasa.

17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

A Declaração do Contador responsável por UJ que apresenta Relatório de Gestão para dar cumprimento a normativo do TCU incluirá a denominação completa da UJ; o código da UJ no SIAFI (UG); o texto da Declaração, de acordo com os **Quadros B.1.1 e B.1.2** (De Conformidade ou da Não Conformidade) apresentados a seguir; local e data da elaboração da declaração; o nome



completo do Contador responsável pela UJ, bem como o respectivo nº do registro do profissional no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado do Espírito Santo			255008
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, relativas ao exercício de 2011, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>RESTRICAO TITULO 163 SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP., Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.	Data	25/01/2012
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC nº	4763
Ordenador de Despesas	 Assinatura/Carimbo Nilton José de Andrade Superintendente Estadual da FUNASAVES Mat. SIAPE: 1477571		

18. ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA

ORIENTAÇÕES CGPLA

Considerar neste item o termo

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”



19. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS.

ORIENTAÇÕES CGPLA

Considerar neste item o termo

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

20. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL

ORIENTAÇÕES CGPLA

Considerar neste item o termo

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

21. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDO PARTIDÁRIO

ORIENTAÇÕES CGPLA

Considerar neste item o termo

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

22. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS

ORIENTAÇÕES CGPLA

Considerar neste item o termo

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

23. INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES

ORIENTAÇÕES CGPLA

Considerar neste item o termo

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

24. ANÁLISE DE SITUAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

ORIENTAÇÕES CGPLA

Considerar neste item o termo

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

25. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

ORIENTAÇÕES CGPLA

Considerar neste item o termo

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

ORIENTAÇÕES CGPLA

Considerar neste item o termo

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”



27. SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.

ORIENTAÇÕES CGPLA

Considerar neste item o termo

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

28. INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESOMIBILIZAÇÃO

ORIENTAÇÕES CGPLA

Considerar neste item o termo

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

29. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS.

ORIENTAÇÕES CGPLA

Considerar neste item o termo

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

30. AVALIAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UJ

ORIENTAÇÕES CGPLA

Considerar neste item o termo

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO:

Considerando as dificuldades mencionadas no presente instrumento, pela análise do exposto, conclui-se que a Suest-ES cumpriu com suas responsabilidades institucionais, ao longo do exercício de 2011.

Analisando o desenvolvimento das ações de saneamento básico, destacamos que as metas programadas geralmente ultrapassam o exercício atual, por tratar-se de obras que necessitam de dois ou mais exercícios para serem concluídas. A conclusão da execução física destas metas depende da complexidade da obra. Constata-se que há um emperramento dos processos nas Prefeituras em razão da baixa capacidade técnica para elaborar projetos, providenciar o licenciamento ambiental, obter outorgas, etc.

No que tange à Atenção à Saúde dos Povos Indígenas o ano de 2011 foi concluída a transição com a subrogação dos contratos para Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no âmbito do Ministério da Saúde, por meio do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010.

Por fim, o conjunto de informações contidas neste documento demonstra que embora muitos avanços tenham sido consolidados, ainda há muito em que se melhorar.

FUNASA



Ministério da
Saúde

